ATINGINDO OBJETIVOS PARA CRESCER

RELATÓRIO ANUAL 2021

SICOOB Executivo

Pesquisa, texto, edição, editoração e revisão: Hiperativa Comunicação Integrada

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Dois mil e vinte e um nos trouxe uma conquista histórica: a livre admissão de associados. Precisamos atingir metas e vencer desafios pelo meio do caminho. Com uma gestão focada também nesse propósito tão importante para o futuro da nossa cooperativa, encerramos o ano com mais um motivo para celebrar.

Além da livre admissão, ampliamos nossa área de atuação. O objetivo é crescer com sustentabilidade nos próximos anos, uma necessidade do cooperativismo financeiro como um todo. Para tanto, atualizamos nossa estrutura organizacional.

Ainda impactados pelos efeitos nocivos da pandemia na economia global, trabalhamos para não apresentar resultados negativos e atingimos o objetivo. Este relatório não traz grandes índices de crescimento dos principais indicadores, mas os números que apresentamos são a prova concreta do nosso empenho em manter nossa cooperativa saudável em meio ao momento de turbulência que ainda não acabou.

Mantivemos o compromisso de apoiar nossos associados também nos momentos difíceis, como mostram dois dos indicadores aqui publicados: os Depósitos Totais e as Operações de Crédito. O primeiro traduz a confiança do quadro social na instituição, que continuou investindo num ano tão difícil. Esse índice registrou crescimento de 35% em relação ao ano anterior. Outro número importante é o crescimento das Operações de Crédito, que subiu 29% em relação a 2020. Isso significa que mesmo com o impacto da pandemia na renda das famílias, não dificultamos o acesso ao crédito para os nossos associados, que buscaram e obtiveram nosso apoio financeiro.

Diante do nosso empenho e dos objetivos atingidos, encerramos mais um exercício confiantes no caminho que decidimos trilhar. Agradecemos a todos os associados, parceiros e colaboradores pelos resultados alcançados.

"Quem coopera cresce!"

Um forte abraço!

Luiz Lesse Moura Santos
Diretor-Presidente

CONSELHOS E DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Roberto Silveira Silva (Presidente)
Aura de Lourdes Domingos Pereira (Vice-Presidente)
Ézio Gomes da Mota
José Jocivânio Torres da Silva
Omar dos Santos
Neuza Arantes Silva
Eduardo Mattos de Freitas
Amilton Silva
Giovanni Pinheiro Malveira
Ana Paula Guedes Franco
José Eustáquio Moreira de Carvalho *(in memoriam)*

CONSELHO FISCAL

Efetivos
Claudeci Barbosa da Silva (Presidente)
Bruno Jean Adrien Paule
Paulo Roberto Figueiredo Nunes

Suplentes
Hélio Nascimento Medeiros
Hildo Teléscio Gomes
Maurício Moreno

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor-Presidente
Luiz Lesse Moura Santos

Diretor Executivo de Relacionamento com Associados e Negócios
Luiz Fernando Netto Lara

Diretora Executiva de Relacionamento Interno
Creuzenir da Silva Borges

SUMÁRIO

O SICOOB EXECUTIVO 6

DESTAQUES 9

PRINCÍPIOS, AÇÕES E RESULTADOS 15

- ADESÃO LIVRE E VOLUNTÁRIA 16
- GESTÃO DEMOCRÁTICA 18
- PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA 20
- AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA 24
- EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO 27
- INTERCOOPERAÇÃO 30
- INTERESSE PELA COMUNIDADE 32

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS 34

DE OLHO NO FUTURO 71

GLOSSÁRIO 72

O Sicoob Executivo

Fundado em 20 de dezembro de 1982, por um grupo de servidores do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), como Coominagri, abriu seu estatuto para todos os servidores do Poder Executivo Federal em 2003, quando passou a ser denominado Sicoob Executivo.

Em 2014, incorporou o Sicoob CrediDF, passando a atender os servidores das secretarias de Saúde e de Educação do Governo do Distrito Federal (GDF) e trabalhadores do setor privado da educação. Em 2021 nos tornamos cooperativa de livre admissão.

Governança cooperativa

A cooperativa é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva. Desde 2016, adota o modelo dual (puro), no qual os membros do Conselho de Administração não podem integrar a Diretoria Executiva, nem os membros da Diretoria Executiva podem integrar o Conselho de Administração.

O **Conselho de Administração**, eleito pelos associados por voto direto e com resultado ratificado pela Assembleia Geral, é formado por 11 membros efetivos, sendo um Presidente e um Vice-Presidente.

A **Diretoria Executiva** é constituída por três diretores, sendo um Diretor-Presidente, uma Diretora Executiva de Relacionamento Interno e um Diretor Executivo de Relacionamento com Associados e Negócios.

A fiscalização dos atos da administração cabe ao **Conselho Fiscal**, composto por seis membros (três efetivos e três suplentes) também eleitos pelos associados.

1
Centro Administrativo

6
Agências

10,9 mil
Associados

61
Empregados

Missão
Promover soluções e experiências inovadoras e sustentáveis por meio da cooperação.

Visão
Ser a principal instituição financeira para o nosso cooperado, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade por meio do cooperativismo.

Valores
Desenvolvimento Sustentável; Respeito e Valorização das Pessoas; Cooperativismo e Sustentabilidade; Ética e Integridade; Excelência e Eficiência; Liderança Responsável e Inovação e Simplicidade.

Propósito
Conectar pessoas para promover justiça financeira e prosperidade.

Posicionamento Estratégico
Proximidade com o associado, excelência operacional e inovação.

Negócio
Promover soluções financeiras personalizadas, confiáveis e sustentáveis aos associados.

AINDA A PANDEMIA

Perdas humanas: o pior saldo da pandemia

Os momentos mais difíceis da pandemia foram aqueles em que tivemos que nos despedir de conhecidos, amigos e parceiros levados pela Covid-19. Os impactos financeiros e materiais podem ser minimizados, essas perdas jamais. Nossa solidariedade a todos os familiares e amigos.

O exercício de 2021 foi marcado pelo agravamento da pandemia da covid-19. A economia mundial continuou sendo impactada negativamente pela propagação da doença.

O Sicoob Executivo continuou aplicando as medidas adotadas em atendimento às recomendações de especialistas e do Ministério da Saúde para prevenir o contágio, reafirmando seu compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, focamos em continuar garantindo serviços financeiros de qualidade para atender às demandas dos nossos associados. Desde o início, foi esse o norte da nossa atuação: não deixar que as restrições impostas pela pandemia afetassem nossa relação com o quadro social.

Aprimoramos o atendimento não-presencial e incentivamos ainda mais o uso dos canais digitais pelo público associado, que já vinha demonstrando a preferência por esses meios.

O Comitê Gestor de Crise, instituído imediatamente à declaração da pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 2020, continuou atuando na aplicação das diretrizes do Plano de Medidas de Contingência para o enfrentamento da pandemia.

- Adesão ao trabalho remoto das áreas Administrativa e Financeira
- Cartazes, placas e pôsteres em locais visíveis nas dependências da Sede Administrativa e agências da cooperativa
- Orientações de higienização das mãos
- Disponibilização de álcool em gel para todos os associados, clientes e usuários e demarcação de distanciamento para atendimento ao público
- Aferição de temperatura para acesso às dependências da cooperativa
- Fornecimento de máscaras e álcool gel para todos os colaboradores, terceirizados e prestadores de serviço
- Realização semipresencial das assembleias, reuniões da Diretoria Executiva e do Planejamento Estratégico
- Sanitização dos ambientes
- Limitação do número de associados, clientes ou usuários nas agências
- Facilitação de renegociações e prorrogações de parcelas de operações de crédito adimplentes e/ou em atraso
- Adesão ao programa Emergencial de Suporte a Empregos no âmbito do BNDES – FAMPE
- Adesão ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – PRONAMPE

DESTAQUES

A livre admissão anula a exigência de vínculo com categorias profissionais, assim, qualquer pessoa, de qualquer lugar do país, pode se associar por meio da conta digital.

LIVRE ADMISSÃO AMPLIA ÁREA DE ATUAÇÃO E OFERTA DE PRODUTOS

O ano de 2021 nos trouxe a conclusão de um projeto antigo e decisivo para nossa cooperativa: a livre admissão de associados e ampliação da área de atuação para todo o país. A decisão, histórica, foi tomada pelos associados na 45ª Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada no dia 11 de agosto.

A reforma do Estatuto Social permitiu que qualquer membro da sociedade, de qualquer lugar do país, independentemente de sua categoria profissional, associe-se à cooperativa por meio de conta digital. Até então, só era permitida a associação de servidores (e seus dependentes legais e pensionistas) integrantes dos órgãos do poder Executivo Federal, Distrital, Estadual e Municipal do Distrito Federal e entorno. No caso das pessoas jurídicas, já era permitida a associação de empresas e organizações de qualquer segmento.

A livre admissão era um objetivo antigo da cooperativa e um desejo dos cooperados. Em 2011, a AGE realizada naquele ano aprovou a proposta. Na época, a cooperativa precisava se encaixar em determinados parâmetros definidos pelo Banco Central do Brasil (Bacen), mas faltava alcançar alguns indicadores. Em julho de 2021, o Bacen adotou novo processo para esse enquadramento, nos quais a cooperativa, reestruturada e mais forte, se encaixou.

Com a livre admissão, a cooperativa passa a poder disponibilizar produtos que antes a legislação não permitia, como linhas de crédito para o agronegócio e poderá ter acesso a operações de câmbio e a recursos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), como o Procapcred (Programa de Capitalização de Cooperativas de Crédito).

ATUALIZAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A livre admissão e a ampliação da área de atuação da cooperativa demandaram ajustes na composição dos órgãos de gestão e no organograma funcional

Em novembro, o Conselho de Administração (Cosad) atualizou a estrutura organizacional da cooperativa e alterou a composição da Diretoria Executiva (Direx), que passou a ter três cargos. O novo Organograma Funcional redistribuiu e criou novas áreas de trabalho. O destaque é a instauração de uma Gerência de Inteligência, Gestão Estratégica e Projetos, que tem como objetivo pensar estrategicamente a cooperativa, desenvolver novos projetos e ações para produtos e serviços, inovando cada vez mais e agregando valor ao associado.

Também foi criada a Gerência de Infraestrutura e Administração, que além da infraestrutura, cuidará da logística da cooperativa. Com isso, os gerentes das agências poderão focar no relacionamento com o associado. A Gerência de Tecnologia da Informação e Processos agregou as atividades de mapeamento de processos para que as ações sejam feitas de maneira mais racional, dinâmica e automatizada, aproveitando recursos tecnológicos e executando os trabalhos de forma mais eficaz.

Diretoria Executiva

O Cosad aprovou novas atribuições para os diretores executivos além das definidas no Estatuto Social da cooperativa e reestruturou a Direx. Até então, a cooperativa possuía dois diretores, o Operacional e o diretor Administrativo e Financeiro. Agora, a Direx conta com três cargos: Diretor-Presidente, Diretoria Executiva de Relacionamento Interno e Diretoria Executiva de Relacionamento com o Associado e Negócios.

Para se tornar diretor-presidente, Luiz Lesse deixou o cargo de presidente do Conselho de Administração da cooperativa. O então Vice-Presidente do Cosad, Carlos Roberto Silveira Silva, assumiu a presidência. Luiz Lara, que atuava como diretor Operacional, assumiu a Diretoria Executiva de Relacionamento com o Associado e Negócios. Creuzenir Borges, que passou por processo seletivo, assumiu a Diretoria Executiva de Relacionamento Interno.

DIRETORIA EXECUTIVA

ANTES: 2 diretores
- Operacional
- Administrativo e Financeiro

AGORA: 3 diretores
- Diretor-Presidente
- Relacionamento com o Associado e Negócios
- Relacionamento Interno

MULHERES REFORÇAM GESTÃO DA COOPERATIVA

As mulheres são uma força numericamente majoritária no Sicoob Executivo. Elas são maioria do quadro social e funcional e, este ano, conquistaram mais espaço na gestão da cooperativa

A associada Ana Paula Guedes foi eleita conselheira de Administração na eleição realizada em abril. Graduada em administração de empresas, ela já exerceu a vice-presidência do Conselho da Mulher Empresária do DF, da Associação Comercial do DF. Atualmente preside a Virada Feminina do DF e tem atuado na articulação de novas parcerias para a cooperativa.

A eleição, realizada no dia 28 de abril, preencheu a vaga deixada com a morte do economista José Eustáquio Moreira de Carvalho, vítima da covid-19. Ele havia sido eleito em julho de 2020 com a chapa Sicoob Executivo Cooperativo.

A disputa teve oito candidatos, sendo Ana Paula a única mulher. Agora, temos três conselheiras de Administração. Aura de Lourdes Domingos (Vice-Presidente) e Neuza Arantes Silva completam a lista. Lembrando que o Conselho Fiscal é presidido por Claudeci Barbosa.

Reforço na Diretoria Executiva

A administradora de empresas Creuzenir Borges assumiu a Diretoria Executiva de Relacionamento Interno em novembro. Experiente no cooperativismo, Creuzenir tem vasta formação no setor, inclusive um MBA em Cooperativismo de Crédito. A contratação da nova diretora se deu após a reestruturação da Diretoria Executiva (Direx) pelo Conselho de Administração. Até então, a Direx era composta por duas diretorias. A reestruturação possibilita uma atuação mais focada no atendimento específico de cada área.

Ana Paula Guedes é Conselheira de Administração

Creuzenir Borges, Diretora de Relacionamento Interno

39 ANOS E MUITO PARA COMEMORAR E COMPARTILHAR

Nossa história é repleta de momentos de superação. Depois de dois anos vivendo sob as restrições da pandemia, finalmente pudemos dar uma pausa no cansaço para celebrá-la

Para comemorar os 39 anos da nossa cooperativa, completados no dia 20 de dezembro, recepcionamos os associados que foram às agências com um café da manhã especial e bolo de aniversário. Toda a equipe se vestiu especialmente para a comemoração, usando a camiseta que fizemos para marcar mais um ano de história.

Para envolver os associados no clima de comemoração, a cooperativa sorteou seis assistentes virtuais. O sorteio foi transmitido ao vivo pelo aplicativo Sicoob Moob. Cerca de cinco mil associados estavam aptos a participar, de acordo com o regulamento.

Agência Mapa: Lironicio Soares Pego

Agência Inmet: Marcos Ismael P. Costa

Agência CNPq: Brasil Saúde Ambiental e Sanitaria LTDA

Agência SBN: Leandro Ramalho Silva

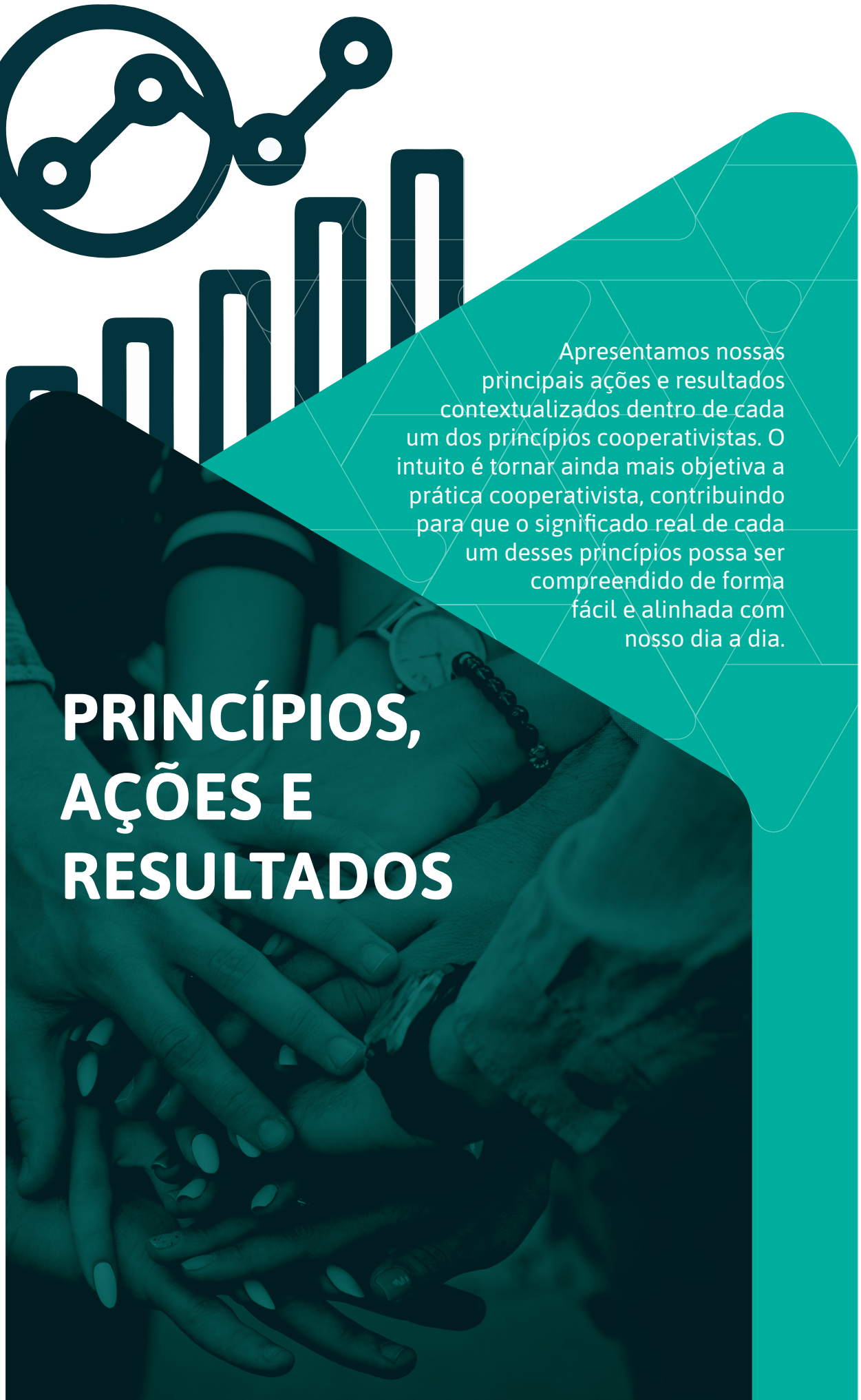
Agência 509 Sul: Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal

Agência Sobradinho: Thargus Contabilidade e Investimentos Eireli

E TEVE PROMOÇÃO TAMBÉM

Outra ação de comemoração foi a Promoção de Aniversário, que presenteou os associados com isenção de taxas para produtos e serviços (cartão de crédito e pacote de tarifas), inclusive os inadimplentes, que tiveram descontos de até 90% para quitar suas dívidas. A campanha durou o mês inteiro.

No apagar das luzes de 2021, ainda distribuímos calendários para os associados. Feita com muito carinho, a peça destaca os 40 anos, que serão completados em 2022, trazendo depoimentos de 12 associados.



Apresentamos nossas principais ações e resultados contextualizados dentro de cada um dos princípios cooperativistas. O intuito é tornar ainda mais objetiva a prática cooperativista, contribuindo para que o significado real de cada um desses princípios possa ser compreendido de forma fácil e alinhada com nosso dia a dia.

PRINCÍPIOS, AÇÕES E RESULTADOS

1 ADESÃO LIVRE E VOLUNTÁRIA

O princípio da **Adesão Livre e Voluntária** está relacionado à liberdade individual de cada um. Assim, ninguém poderá ser obrigado a fazer parte do quadro social de uma cooperativa e, na medida que resolva entrar, tem a prerrogativa de sair quando quiser.

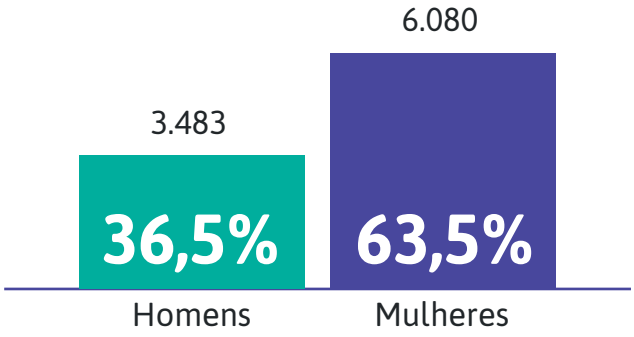
QUADRO SOCIAL

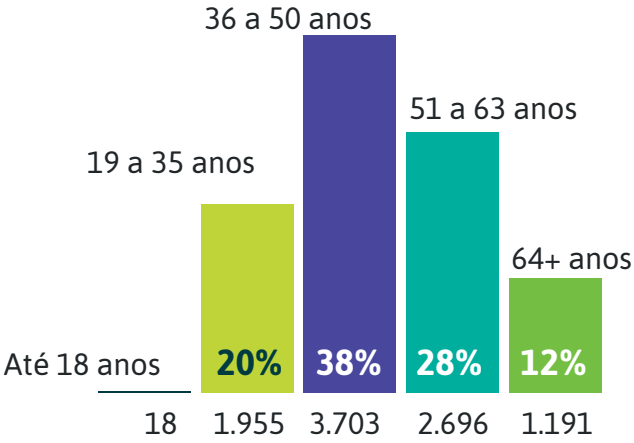
Acompanhar a evolução do quadro social e olhar para a sua diversidade nos permite direcionar produtos e serviços de acordo com as necessidades do público

Até 31/12/21, nosso quadro social é de 10.984 associados, sendo 9.536 pessoas físicas e 1.421 pessoas jurídicas. Em função da política de ativação iniciada em 2020, que busca manter apenas os associados que efetivamente movimentam suas contas e usam os produtos da cooperativa, o quadro social manteve-se no mesmo patamar, com uma variação de 0.5%.

Entre novos associados e a exclusão de pessoas que não operavam com a cooperativa, o saldo foi de 48 novos associados.

Em 2021, 198 novas pessoas jurídicas se associaram à nossa cooperativa, gerando um crescimento de 16% em relação a 2021. Esse público representa 12% do quadro social e é formado por empresas, organizações, condomínios e outros.

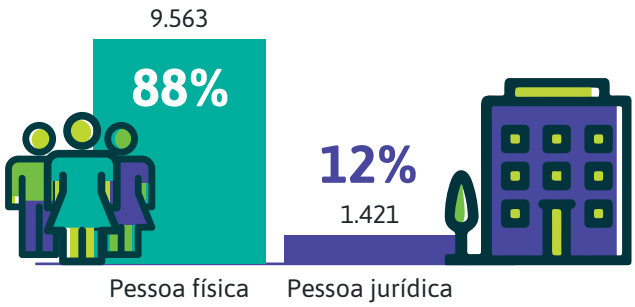




Gênero e faixa etária

Com relação a gênero, as mulheres representam 63,5% do total de cooperados pessoa física. São 6.080 associadas. Os homens representam 36,5%, somando 3.483 cooperados. A partir desses números, pode-se afirmar que o Sicoob Executivo se destaca na promoção da equidade de gênero. Dados do Banco Central do Brasil mostram uma crescente participação feminina no cooperativismo financeiro, mas, no geral, ainda representa cerca de 45% no total.

Na questão geracional, o público majoritário encontra-se na faixa de 36 a 50 anos (3.703 cooperados, representando 38,7% do quadro social PF). A faixa anterior, de 19 a 35 anos, representa 20% do quadro social (1.955 cooperados).



Analisar esses números, juntamente com outros indicadores, é importante para o planejamento de políticas a ações de médio e longo prazo. Afinal, conhecer o público atendido é imprescindível não apenas para a consolidação do negócio, mas principalmente para o seu crescimento.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Os associados devem participar ativamente da gestão da cooperativa, reunidos em assembleia, para discutir e votar as políticas e eleger e serem eleitos para os cargos da administração.

ASSEMBLEIAS DIGITAIS AMPLIAM PARTICIPAÇÃO

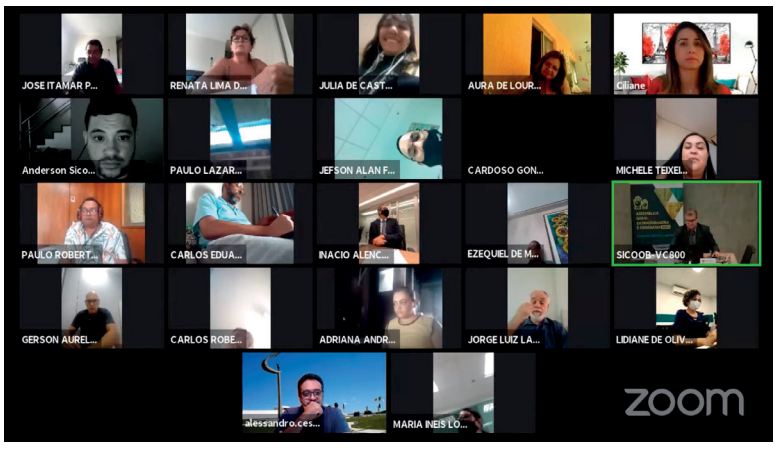
Comodidade das assembleias realizadas pela internet manteve presença expressiva do quadro social

O Sistema Sicoob já dispunha de tecnologia para a realização de eventos on-line bem antes da pandemia, mas foi somente em 2020 que veio a consolidação. O Sicoob Moob, aliado a sistemas externos, foi o grande propulsor dessa nova forma de nos reunir para deliberar temas importantes.

Supreendemente, o número de associados participando das assembleias superou a média dos últimos dez anos, em que as assembleias presenciais vinham registrando cada vez menos participação do quadro social.

Realizamos a Assembleia Geral Ordinária e duas extraordinárias e tomamos decisões importantes e cruciais para a nossa cooperativa, como a aprovação da livre admissão (tema da 45ª AGE), sem promover aglomeração e preservando a saúde dos nossos associados, gestores e colaboradores.

No total, cerca de 500 cooperados participaram das assembleias e pré-assembleias. As campanhas de incentivo também atrairam o público. Somados, os valores de todos os itens sorteados totalizou cerca de R$ 20 mil.

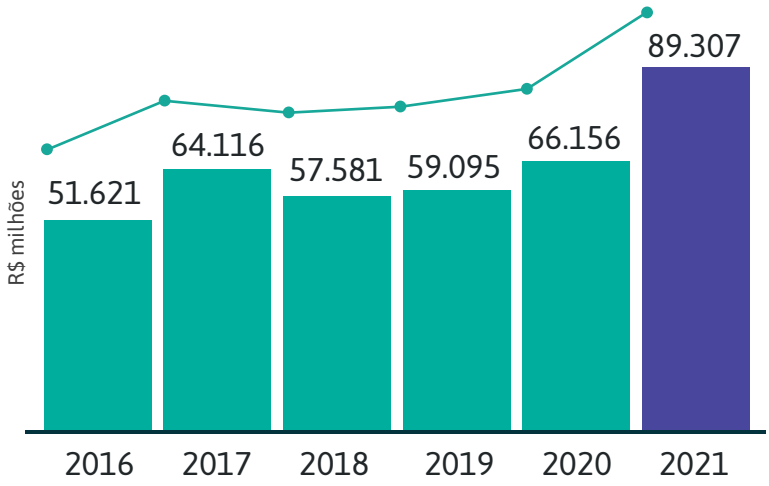


3 PARTICIPAÇÃO ECONÔMICA

Em uma cooperativa, os membros contribuem equitativamente para o capital da organização. Parte do montante é propriedade comum e os membros recebem remuneração limitada ao capital integralizado, quando há. Os resultados podem ser rateados entre os sócios ou serem destinados ao desenvolvimento da própria cooperativa ou ao apoio de ações. Tudo sempre decidido democraticamente.

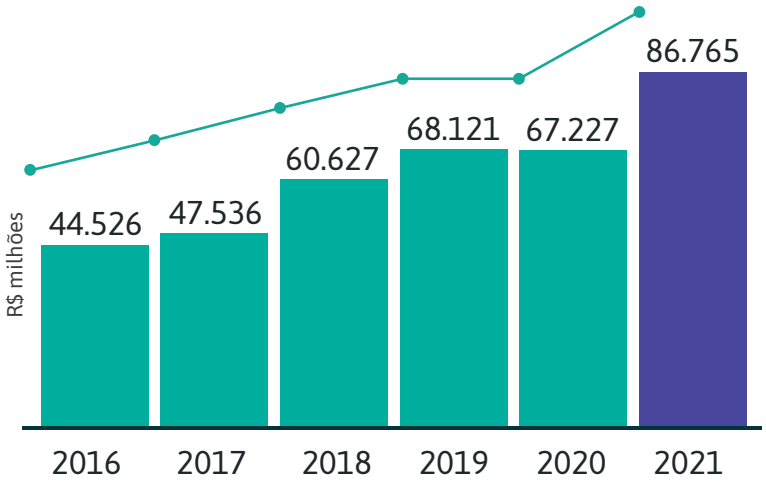
DEPÓSITOS TOTAIS
Total: R$ 89 milhões

Em 2021, os depósitos totais registraram crescimento de 35% (R$ 23,51 milhões, encerrando o exercício com R$ 89,30 milhões. Esse resultado demonstra a confiança dos associados na cooperativa.



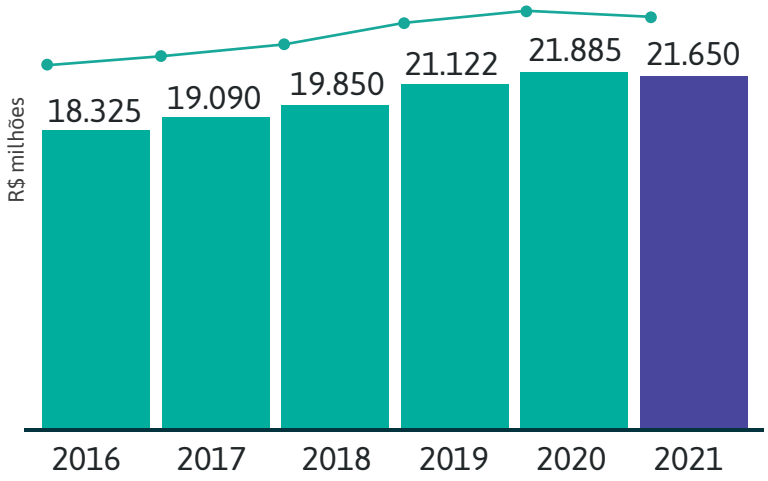
OPERAÇÕES DE CRÉDITO
Total: R$ 86,7 milhões

As Operações de Crédito registraram um aumento de 29,6% em relação ao exercício anterior. Esse crescimento reflete o compromisso da administração em apoiar os associados em suas demandas de crédito. Mesmo em um momento de crise, continuamos confiando no nosso quadro social e atendendo a demanda por empréstimos.



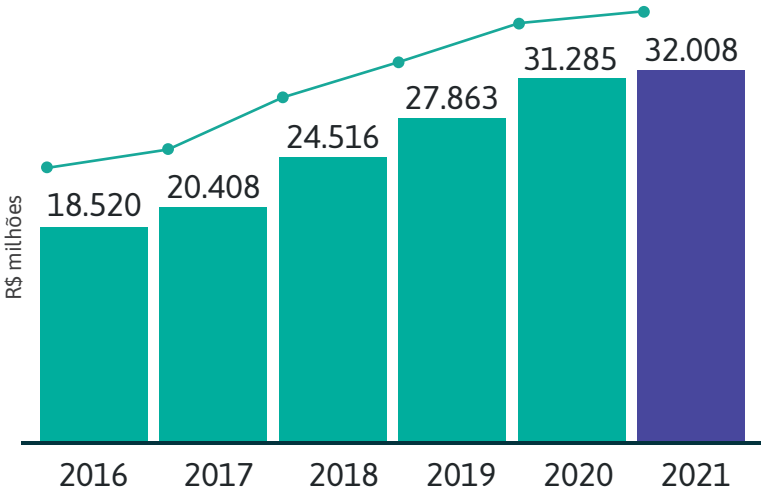
CAPITAL SOCIAL
Total: R$ 21,6 milhões

Em 2021, o Capital Social teve uma redução de R$ 205 mil, 0,94% menor em relação ao ano anterior. Nos últimos anos, esse indicador vem se mantendo estável devido ao forte fluxo de resgate parcial pelo quadro social. O incremento dessa rubrica fortalece a estrutura patrimonial da cooperativa, pois é uma de suas principais fontes de recursos.



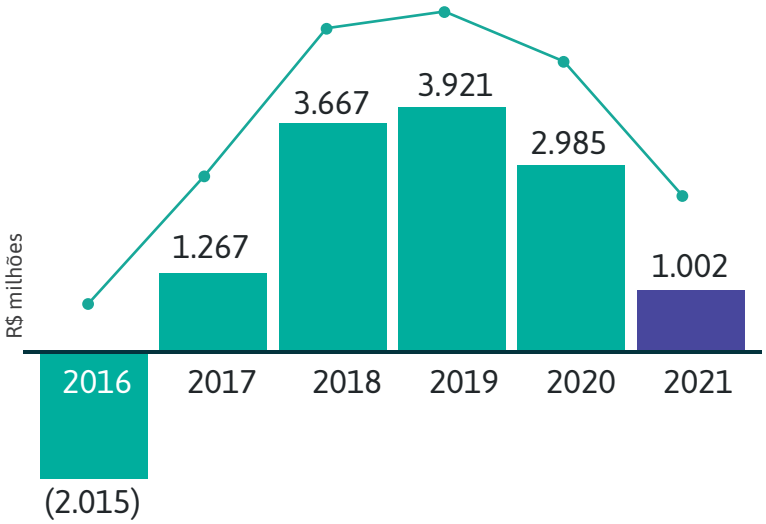
PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Total: R$ 32 milhões

O Patrimônio Líquido (PL) representa os recursos próprios da cooperativa disponíveis para atender às necessidades de crédito dos seus cooperados e o seu próprio desenvolvimento. Em 2021, apresentou um incremento de R$ 723 mil, o que significa uma variação de 2,31% em relação ao ano anterior.



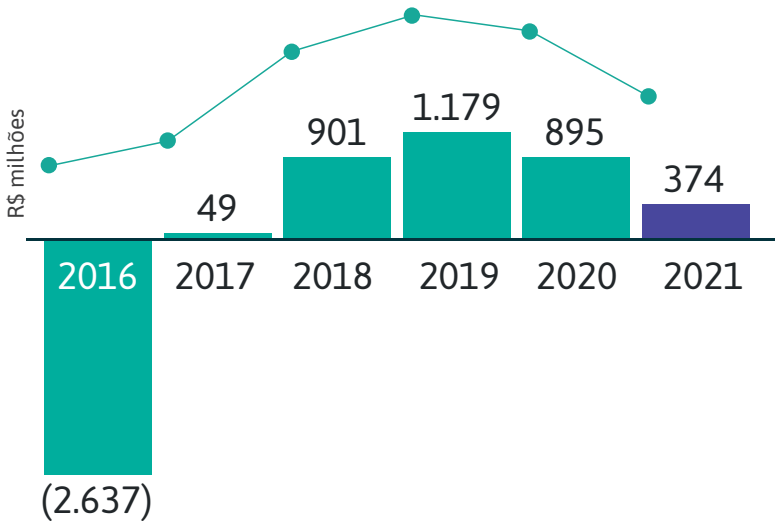
SOBRAS BRUTAS
Total: R$ 1 milhão

As sobras brutas representam o resultado operacional da cooperativa, que foi de R$ 1,002 milhão, 66,43% inferior ao observado no ano anterior. Essa situação é consequência do aumento da inadimplência, que reflete o momento difícil da economia brasileira, agravada pela pandemia, e que impacta diretamente na renda familiar do nosso quadro social.



SOBRAS LÍQUIDAS
Total: R$ 374 mil

As sobras líquidas totalizaram R$ 374 mil em 2021, uma variação de -58,21%. Desempenho ocasionado pelos impactos da pandemia na economia, que afetou o poder de compra das pessoas e o faturamento das empresas.



4 AUTONOMIA E INDEPENDÊNCIA

As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham sua autonomia (ACI, 2003).

"CAFÉ COM COOPERAÇÃO" AMPLIA PARCERIAS

Buscar novas parcerias é uma ação permanente e sempre focada na manutenção da nossa autonomia e independência

O avanço da vacinação contra covid-19 permitiu a retomada de ações presenciais a partir do fim do primeiro semestre. A retomada do tradicional Café com Cooperação, idealizado para reunir empresários e gestores de organizações sociais e do setor público, foi a mais expressiva.

Mesmo com as restrições impostas pelas medidas de combate à covid-19, como a limitação do número de pessoas, conseguimos reunir empresários e representantes de entidades de classe, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), na agência Sobradinho. Foram quatro encontros com o objetivo de apresentar nossos produtos e captar novos cooperados.

Recebidos pelos diretores Luiz Lesse e Luiz Lara, além da gerente da agência Sobradinho, Cristiane Pedroso, os convidados puderam conversar livremente, a partir de suas próprias demandas, com os gestores da cooperativa. Com isso, novas contas foram abertas, aumentando a carteira de associados pessoa jurídica.

Em setembro, os gerentes Jefson Sarmento e Gilvânia Rocha apresentaram a cooperativa e suas soluções aos servidores da Secretaria de Meio Ambiente do GDF.

Em novembro, o Diretor-Presidente da cooperativa, Luiz Lesse, falou sobre cooperativismo financeiro em live do Canal Condominial para uma audiência de síndicos.

Em novembro, o diretor de Relacionamento com Associados e Negócios, Luiz Fernando Netto Lara, participou do Encontro de Negócios, organizado pelo grupo Mulheres Empreendedoras Brasil (MEB) e parceiros. O MEB foi fundado por Ana Paula Guedes, que é conselheira de Administração do Sicoob Executivo.

5

EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E INFORMAÇÃO

Desde Rochdale, as cooperativas têm na educação uma preocupação central, como uma condição de crescimento continuado do associado como pessoa (educação) e como profissional (formação), além do acesso a todas as informações relativas à cooperativa (informação). A própria existência do Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) assegura a realização dessas ações.

O ANO INTEIRO FALANDO SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Desde que foi inaugurado, o programa *Em Dia com as Finanças* já realizou consultorias, cursos e outros eventos de educação financeira. Com o advento das redes sociais, passamos a focar no tema o ano inteiro. Diante das limitações da pandemia, continuamos empenhados em estabelecer um conteúdo semanal para auxiliar os associados e o público em geral que nos segue nas redes a gerir suas finanças pessoais com responsabilidade.

Em 2021, foram 61 postagens no Facebook e Instagram. O conteúdo abordou dicas e ações práticas sobre finanças pessoais e empreendedorismo, engajando centenas de seguidores.

Vale lembrar que o público impactado não é formado unicamente por associados, o que dá ainda maior visibilidade ao Sicoob Executivo na internet. Isso ajuda a formar público com potencial para se associar.

Consultoria financeira gratuita e personalizada

Durante a 8ª Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), de 8 a 14 de novembro, prestamos consultoria financeira gratuita e personalizada para os associados mediante agendamento prévio. O tema da semana ENEF foi *Planejamento, Poupança e Crédito Consciente: O PLA-POU-CRÉ e a sua saúde financeira*. Este foi o terceiro ano consecutivo que realizamos a ação.

INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA

O Sicoob Executivo é uma das poucas co-operativas do Distrito Federal que investem na comunicação com o público além da comunicação sistêmica, mantendo uma agência para criar conteúdo informativo e publicitário exclusivo.

Além de manter a linha informativa nos canais digitais de comunicação (site e redes sociais), a cooperativa também faz uma publicidade focada nas suas necessidades. Falar diretamente com o público associado e com o público com potencial para se associar é fundamental por várias razões, começando pela transparência nos atos administrativos, divulgados de forma objetiva e com conteúdo jornalístico.

Além das redes sociais e do site, o público cooperado recebe e-mail semanal com teor publicitário e, quinzenalmente, recebe o informativo eletrônico *O Cooperante On-line*, com conteúdo noticioso e publicitário.

1.570
ações on-line de comunicação

653 mil
exibições de conteúdo na internet

210 mil
acessos aos site da cooperativa

47
ações off-line de comunicação

FORMAÇÃO COMEÇA "EM CASA"

O investimento na formação dos nossos colaboradores é constante. Por meio da plataforma sistêmica Sicoob Universidade, estimulamos o aprimoramento contínuo e a busca por novos conhecimentos. No total, foram investidas 3.447 horas pelos participantes em ações de aprendizado durante o ano. O conhecimento adquirido melhora a prestação de serviço pela cooperativa, mas também gera conhecimento que repercute na vida profissional como um todo.

3.447
horas de treinamento no Sicoob Universidade

102
cursos on-line no Sicoob Universidade

6 INTERCOOPERAÇÃO

A **Intercooperação** ou cooperação entre cooperativas potencializa a cooperação intra-organizacional. Segundo a ACI (2003), "as cooperativas servem de forma mais eficaz os seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais".

COMPROMISSO COM O COOPERATIVISMO

A intercooperação é fundamental não só para o próprio crescimento, como para o fortalecimento do cooperativismo como um todo. O Conselho de Administração do Sicoob Executivo entende que para cada problema socioeconômico existe uma solução cooperativista. Quanto mais a cooperativa pratica esse princípio, mais se fortalece.

Em outubro, o Diretor-Presidente, Luiz Lesse Moura Santos, e o gerente de Relacionamento e Negócios, Marco Dy Carlo, visitaram o Sicoob Credichapada, na Chapada Gaúcha (MG).

O objetivo da visita foi buscar experiência em crédito rural, produto que a cooperativa pode operar a partir da aprovação da livre admissão pelo Banco Central, e trocar experiências sobre os programas de educação financeira.

O Sicoob Credichapada possui o *Programa de Educação Cooperativista, Empreendedora e Financeira*, que capacita professores dos ensinos fundamental e médio de escolas públicas da Chapada Gaúcha, para repassar os ensinamentos aos alunos. A partir disso, os estudantes criam cooperativas escolares para aprender sobre o cooperativismo na prática.

Além das ações pontuais, exercemos a intercooperação permanente por meio de parceria com cooperativas de outros segmentos. A seguir, listamos algumas cooperativas associadas ao Sicoob Executivo

Transporte
Coobrás
Coopertáxi DF
Coopertran
Ativitáxi

Educacional
Cooplem
CooperEnsino

Trabalho
Lifecare
CooperQuerubim

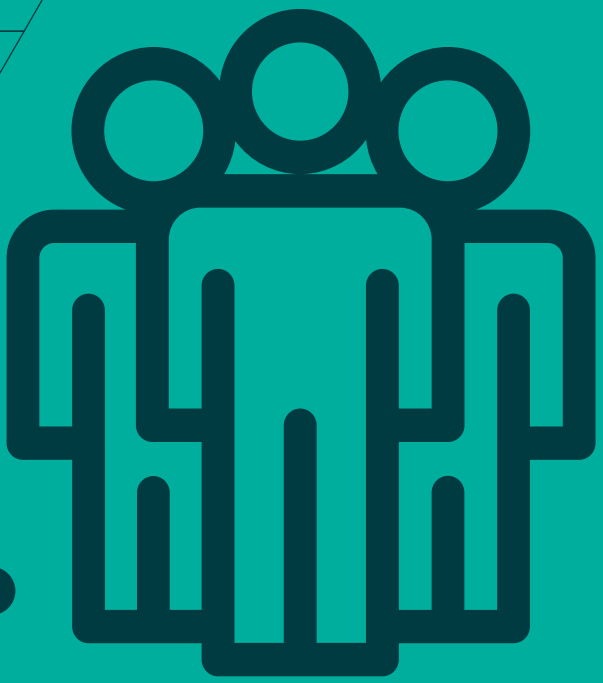
Habitacionais
Cooperbrapa
Condomínio Verde
Coop-Anabb
CooperBrasil

Turismo
Cobap
Sol e Mar

7

INTERESSE PELA COMUNIDADE

Incluído formalmente no rol dos princípios cooperativistas em 1995, o **Interesse pela Comunidade** garante que as cooperativas trabalhem para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros" (ACI, 2003).



OLHA O PAPAI NOEL DO SICOOB EXECUTIVO

Seguindo a tradição de realizar ou patrocinar ações solidárias, promovemos uma entrega de brinquedos e sandálias para as 150 crianças atendidas pela Creche Renascer e Escola Tio Pedro, na Vila Estrutural. O Diretor-Presidente da cooperativa, Luiz Lesse, vestiu a fantasia de Papai Noel para animar a criançada com idade entre quatro e sete anos. Também participaram da ação a diretora Creuzenir Borges e a Vice-Presidente do Conselho de Administração, Aura Domingos.

No Dia Mundial das Abelhas (20/5), apoiamos a inauguração do Bosque das Abelhas, no Estacionamento 4 do Parque da Cidade. Trata-se de um corredor de árvores para abrigar colmeias de abelhas sem ferrão que deve ser concluído em até 5 anos e chegará até o Parque Nacional.

Outra ação solidária foi a entrega de cestas básicas à Campanha de Natal da Associação Comercial e Industrial de São Sebastião (ACISS), outra parceira da cooperativa.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

Encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais)

ATIVO		**143.058.505,96**	**118.153.045,07**
DISPONIBILIDADES	**4**	**509.150,28**	**469.695,48**
Caixa		498.338,24	468.105,82
Depositos Banc. De Inst. Sem Conta Reserva		10.812,04	1.589,66
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**121.848.704,77**	**99.122.404,18**
Relações Interfinanceiras	4	27.693.820,32	25.157.992,47
Centralização Financeira		27.693.820,32	25.157.992,47
Rec. Transf P/ Bcos Coop, Conf Ou Coop Centrais		27.693.820,32	25.157.992,47
Operações de Crédito	5	92.383.435,46	72.615.453,06
Empréstimos E Direitos Creditórios Descontados		88.148.028,23	69.145.303,99
Financiamentos		4.235.407,23	3.470.149,07
Outros Ativos Financeiros	6	1.771.448,99	1.348.958,65
Creditos Por Avais E Fiancas Honrados		734.880,59	585.397,10
Rendas A Receber		454.919,15	208.969,32
Devedores Por Depositos Em Garantia		338.188,69	333.306,64
Títulos E Créditos A Receber		243.460,56	221.285,59
(-) PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		**(6.069.881,17)**	**(5.866.660,11)**
(-) Operações de Crédito	5	(5.618.669,29)	(5.388.664,05)
(-) Provisão Para Empréstimos E Direitos Creditórios Descontados		(5.493.435,77)	(5.272.439,37)
(-) Provisao Para Financiamentos		(125.233,52)	(116.224,68)
(-) Outras	6	(451.211,88)	(477.996,06)
Com Características De Concessão De Crédito		(451.211,88)	(477.996,06)
ATIVOS FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS	**7**	**5.401,80**	**6.075,89**
Impostos E Contribuicoes A Compensar		5.401,80	6.075,89
OUTROS ATIVOS	**8**	**3.952.937,30**	**3.868.447,09**
Adiantamentos E Antecipacoes Salariais		8.749,05	9.112,60
Adiantamentos Para Pagamentos De Nossa Conta		-	1.101,90
Adiantamentos Por Conta De Imobilizacoes		-	80.000,00
Devedores Diversos - Pais		2.752.793,27	2.109.137,72
(-) Sem Características De Concessão De Crédito		(755.644,53)	(755.644,53)
Bens Nao De Uso Proprio		-	2.105.381,31
Material Em Estoque		6.015,00	2.522,00
Ativos Não Financ Mantidos Para Venda - Recebidos		1.615.381,31	-
Despesas Antecipadas		325.643,20	316.836,09
INVESTIMENTOS	**9**	**20.896.092,97**	**18.384.420,40**
Participação Em Cooperativa Central De Crédito		20.896.092,97	18.384.420,40
IMOBILIZADO DE USO	**10**	**3.785.998,81**	**3.805.344,59**
Instalações		674.852,98	716.122,20
Móveis E Equipamentos		2.324.574,45	2.404.542,52
Benfeitorias Em Imóveis De Terceiros		786.571,38	684.679,87
INTANGÍVEL	**11**	**313.554,64**	**315.581,79**
Sistemas De Processamento De Dados		301.006,31	302.108,98
Licenças E Direitos Autorais E De Uso		12.548,33	13.472,81
(-) DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES	**10 e 11**	**(2.183.453,44)**	**(1.952.264,24)**
(-) Depreciação Acumulada De Ativo Imobilizado De Uso		(1.887.362,22)	(1.660.823,10)
(-) Amort Acum De Ativos Intangiveis		(296.091,22)	(291.441,14)
TOTAL DO ATIVO		**143.058.505,96**	**118.153.045,07**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**143.058.505,96**	**118.153.045,07**
DEPÓSITOS	**12**	**90.128.531,01**	**68.036.042,46**
Depósitos à Vista		23.724.119,89	21.909.225,61
Depositos A Vista		23.724.119,89	21.909.225,61
Depósitos Sob Aviso		6.242,13	6.401,10
Depositos Sob Aviso		6.242,13	6.401,10
Depósitos à Prazo		66.398.168,99	46.120.415,75
Depositos A Prazo		66.398.168,99	46.120.415,75
DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		**16.048.708,63**	**14.214.068,46**
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13	15.919.863,64	14.091.926,37
Emprestimos No Pais - Outras Instituicoes		15.919.863,64	14.091.926,37
Outros Passivos Financeiros	14	128.844,99	122.142,09
Recursos Em Transito De Terceiros		12.099,40	2.113,69
Cobranca E Arrecadacao De Tributos E Assemelhados		25.077,99	326,38
Obrigacoes Por Aquisicao De Bens E Direitos		91.667,60	119.702,02
PROVISÕES	**16**	**329.143,06**	**358.330,02**
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas		329.143,06	358.330,02
OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	**17**	**231.625,76**	**225.372,44**
Impostos E Contribuicoes A Recolher		231.625,76	225.372,44
OUTROS PASSIVOS	**18**	**4.312.560,13**	**4.033.828,24**
Sociais E Estatutarias		2.931.184,27	2.578.278,85
Obrigações De Pagamento Em Nome De Terceiros		27.930,62	45.469,28
Provisao Para Pagamentos A Efetuar		922.903,47	934.986,06
Credores Diversos - Pais		430.541,77	475.094,05
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**19**	**32.007.937,37**	**31.285.403,45**
CAPITAL SOCIAL		21.650.434,52	21.855.717,00
Capital Social		21.650.434,52	21.855.717,00
RESERVAS DE SOBRAS		10.532.846,42	9.085.596,13
Reservas De Lucros		10.532.846,42	9.085.596,13
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		(175.343,57)	344.090,32
Sobras Ou Perdas Acumuladas		(175.343,57)	344.090,32
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**143.058.505,96**	**118.153.045,07**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS

Encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais)

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**9.174.796,61**	**16.992.045,69**	**16.698.063,33**
Operações de Crédito	21	8.003.335,12	15.421.428,27	16.072.676,59
Ingressos de Depósitos Intercooperativos		1.171.461,49	1.570.617,42	625.386,74
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**22**	**(4.572.899,80)**	**(6.886.220,37)**	**(5.609.657,91)**
Operações de Captação no Mercado	12	(1.970.379,16)	(2.640.685,83)	(1.192.100,91)
Operações de Empréstimos e Repasses	13	(548.423,83)	(774.043,37)	(505.240,34)
Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		(2.054.096,81)	(3.471.491,17)	(3.912.316,66)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA		**4.601.896,81**	**10.105.825,32**	**11.088.405,42**
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		**(5.110.676,42)**	**(8.915.932,67)**	**(7.706.972,17)**
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	23	1.796.285,47	3.344.563,17	3.186.955,14
Rendas de Tarifas	24	804.520,93	1.759.861,38	2.356.547,01
Dispêndios e Despesas de Pessoal	25	(3.873.737,31)	(7.417.311,16)	(7.638.640,64)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	26	(3.783.436,60)	(7.484.102,52)	(7.218.530,14)
Dispêndios e Despesas Tributárias		(137.792,41)	(257.401,28)	(259.016,57)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	27	692.861,38	2.187.290,50	2.685.388,22
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais	28	(609.377,88)	(1.048.832,76)	(819.675,19)
PROVISÕES		**(86,08)**	**29.186,96**	**232.937,37**
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		(86,08)	29.186,96	232.937,37
RESULTADO OPERACIONAL		**(508.865,69)**	**1.219.079,61**	**3.614.370,62**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS		**(21.388,93)**	**(13.052,64)**	**166.149,64**
Ganhos de Capital		448,70	23.288,90	446.528,18
(-) Perdas de Capital		(13.626,87)	(16.562,58)	(12.016,60)
(-) Despesas de Provisão Não Operacionais		-	-	(231.148,69)
(-) Outras Despesas Não Operacionais		(8.210,76)	(19.778,96)	(37.213,25)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**(530.254,62)**	**1.206.026,97**	**3.780.520,26**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		**(54.616,57)**	**(109.527,37)**	**(200.034,24)**
Imposto de Renda Sobre Atos Não Cooperados		(27.311,81)	(56.748,96)	(117.026,28)
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		(27.304,76)	(52.778,41)	(83.007,96)
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		**(584.871,19)**	**1.096.499,60**	**3.580.486,02**
JUROS AO CAPITAL	**20**	**(94.067,98)**	**(94.067,98)**	**(594.920,21)**
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES		**(678.939,17)**	**1.002.431,62**	**2.985.565,81**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais)

	Notas	CAPITAL SUBSCRITO	CAPITAL A REALIZAR	RESERVA LEGAL	RESERVAS ESTATUTÁRIAS	RESERVAS PARA CONTINGÊNCIAS	RESERVAS PARA EXPANSÃO	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAIS
Saldos em 31/12/2019		**23.754.987,05**	**(2.632.918,66)**	**6.095.654,64**	**1.039,13**	**20.596,21**	**605,32**	**623.134,99**	**27.863.098,68**
Ajustes de Exercícios Anteriores Destinações das		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.646,93**	**1.646,93**
Sobras do Exercício Anterior:									
Constituição de Reservas		0,00	0,00	1.176.361,34	0,00	0,00	0,00	(1.176.361,34)	0,00
Movimentação deCapital:									
Por Subscrição/Realização		4.257.245,59	(1.044.250,64)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.212.994,95
Por Devolução (-)		(3.017.608,95)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.017.608,95)
Estorno de Capital		(22.049,07)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(22.049,07)
Sobras ou Perdas do Período		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**3.580.486,02**	**3.580.486,02**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:									
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(594.920,21)	(594.920,21)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		560.311,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	560.311,68
Destinações das Sobras do Período:									
Fundo de Reserva		0,00	0,00	1.791.339,49	0,00	0,00	0,00	(1.791.339,49)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(298.556,58)	(298.556,58)
Saldos em 31/12/2020		**25.532.886,30**	**(3.677.169,30)**	**9.063.355,47**	**1.039,13**	**20.596,21**	**605,32**	**344.090,32**	**31.285.403,45**
Saldos em 31/12/2020		**25.532.886,30**	**(3.677.169,30)**	**9.063.355,47**	**1.039,13**	**20.596,21**	**605,32**	**344.090,32**	**31.285.403,45**
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**2.494,45**	**2.494,45**
Destinações das Sobras do Exercício Anterior:									
Outras Destinações das Sobras do Exercício Anterior		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(100.000,00)	(100.000,00)
Constituição de Reservas		0,00	0,00	795.669,74	0,00	0,00	0,00	(795.669,74)	0,00
Movimentação de Capital:									
Por Subscrição/Realização		4.227.537,59	(1.049.881,43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.177.656,16
Por Devolução (-)		(3.449.690,01)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(3.449.690,01)
Estorno de Capital		(24.080,74)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(24.080,74)
Reversões de Fundos		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**123.133,49**	**123.133,49**
Sobras ou Perdas do Período		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**1.096.499,60**	**1.096.499,60**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:									
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(94.067,98)	(94.067,98)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		90.832,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.832,11
Destinações das Sobras do Período:						0,00			
Fundo de Reserva		0,00	0,00	651.580,55	0,00		0,00	(651.580,55)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(100.243,16)	(100.243,16)
Saldos em 31/12/2021		**26.377.485,25**	**(4.727.050,73)**	**10.510.605,76**	**1.039,13**	**20.596,21**	**605,32**	**(175.343,57)**	**32.007.937,37**
Saldos em 30/06/2021		**25.750.909,73**	**(4.136.467,47)**	**9.859.025,21**	**1.039,13**	**20.596,21**	**605,32**	**1.131.459,77**	**32.627.167,90**
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**826,05**	**826,05**
Movimentação de Capital:									
Por Subscrição/Realização		2.185.252,66	(590.583,26)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.594.669,40
Por Devolução (-)		(1.634.174,85)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(1.634.174,85)
Estorno de Capital		(15.334,40)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(15.334,40)
Reversões de Fundos		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**123.133,49**	**123.133,49**
Sobras ou Perdas do Período		**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**(584.871,19)**	**(584.871,19)**
Remuneração de Juros sobre o Capital Próprio:									
Provisão de Juros sobre o Capital Próprio		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(94.067,98)	(94.067,98)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		90.832,11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	90.832,11
Destinações das Sobras do Período:									
Fundo de Reserva		0,00	0,00	651.580,55	0,00	0,00	0,00	(651.580,55)	0,00
FATES - Atos Cooperativos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(100.243,16)	(100.243,16)
Saldos em 31/12/2021		**26.377.485,25**	**(4.727.050,73)**	**10.510.605,76**	**1.039,13**	**20.596,21**	**605,32**	**(175.343,57)**	**32.007.937,37**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

Encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais)

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES		**(530.254,62)**	**1.206.026,97**	**3.780.520,26**
Ajuste de Exercícios Anteriores		-	-	1.646,93
Distribuição de Sobras e Dividendos		-	(756.377,97)	(740.218,95)
Provisões/Reversões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito		2.054.096,81	3.471.491,17	3.912.316,66
Provisões/Reversões para Garantias Prestadas		86,08	(29.186,96)	(232.937,37)
Provisões/Reversões Não Operacionais		-	-	231.148,69
Atualização de Depósitos em Garantia		(3.456,71)	(4.882,05)	(3.052,68)
Depreciações e Amortizações		215.708,31	431.383,52	349.296,41
SOBRAS OU PERDAS ANTES DA TRIBUTAÇÃO E PARTICIPAÇÕES AJUSTADO		**1.736.179,87**	**4.318.454,68**	**7.298.719,95**
Aumento (redução) em ativos operacionais				
Operações de Crédito		(13.931.892,96)	(22.458.415,88)	(2.131.099,46)
Outros Ativos Financeiros		(678.211,19)	(995.444,92)	(450.529,77)
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos		(5.401,80)	674,09	(6.075,89)
Outros Ativos		(688.955,78)	(84.490,21)	414.502,50
Aumento (redução) em passivos operacionais				
Depósitos à Vista		2.473.150,94	1.814.894,28	4.969.933,28
Depósitos sob Aviso		(330,77)	(158,97)	336,90
Depósitos à Prazo		11.789.157,83	20.277.753,24	3.970.195,56
Obrigações por Empréstimos e Repasses		2.266.837,73	1.827.937,27	(3.671.668,15)
Outros Passivos Financeiros		(4.777,87)	6.702,90	30.738,56
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		58.422,99	6.253,32	(29.004,27)
Outros Passivos		(941.242,83)	184.663,91	(75.420,41)
FATES - Atos Cooperativos		(100.243,16)	(100.243,16)	(298.556,58)
Outras Destinações		-	(100.000,00)	-
Imposto de Renda		(27.311,81)	(56.748,96)	(117.026,28)
Contribuição Social		(27.304,76)	(52.778,41)	(83.007,96)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM ATIVIDADES OPERACIONAIS		**1.918.076,43**	**4.589.053,18**	**9.822.037,98**
Atividades de Investimentos				
Distribuição de Sobras da Central		-	756.377,97	740.218,95
Aquisição de Intangível		924,48	924,48	(27.801,57)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(12.932,67)	(179.745,87)	(972.378,40)
Aquisição de Investimentos		(877.647,30)	(2.511.672,57)	(740.218,95)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM INVESTIMENTOS		**(889.655,49)**	**(1.934.115,99)**	**(1.000.179,97)**
Atividades de Financiamentos				
Aumento por novos aportes de Capital		1.594.669,40	3.177.656,16	3.212.994,95
Devolução de Capital à Cooperados		(1.634.174,85)	(3.449.690,01)	(3.017.608,95)
Estorno de Capital		(15.334,40)	(24.080,74)	(22.049,07)
Juros sobre o Capital Próprio, Líquido		90.832,11	90.832,11	560.311,68
Recuperação de Perdas de Exercícios Anteriores		826,05	2.494,45	-
Reversões de Fundos		123.133,49	123.133,49	-
CAIXA LÍQUIDO APLICADO / ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS		**159.951,80**	**(79.654,54)**	**733.648,61**
AUMENTO / REDUÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**1.188.372,74**	**2.575.282,65**	**9.555.506,62**
Modificações Líquidas de Caixa e Equivalentes de Caixa				
Caixa e Equivalentes de Caixa No Ínicio do Período		27.014.597,86	25.627.687,95	16.072.181,33
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		28.202.970,60	28.202.970,60	25.627.687,95
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		**1.188.372,74**	**2.575.282,65**	**9.555.506,62**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em reais)

	Notas	2 ° Sem. 2021	31/12/2021	31/12/2020
SOBRAS OU PERDAS DO PERÍODO ANTES DAS DESTINAÇÕES E DOS JUROS AO CAPITAL		**(584.871,19)**	**1.096.499,60**	**3.580.486,02**
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		**-**	**-**	**-**
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		**(584.871,19)**	**1.096.499,60**	**3.580.486,02**

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSAO DO BRASIL CENTRAL LTDA. - SICOOB EXECUTIVO** é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **20/12/1982**, filiada à **CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL** e **componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO**, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei n° 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei n° 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pela Lei Complementar n° 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN n° 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

Em 18/08/2021 houve alteração da razão social da Cooperativa, aprovada por Assembleia Geral, e até essa data era denominada COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL, DOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAUDE E DOS TRABALHADORES EM ENSINO DO DISTRITO FEDERAL LTDA - SICOOB EXECUTIVO.

O **SICOOB EXECUTIVO**, sediado à **QUADRA CRS 509 BLOCO C, N° 3, ASA SUL, BRASÍLIA - DF**, possui **6** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **BRASÍLIA - DF**.

O SICOOB EXECUTIVO tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN n° 4.818 de 29 de maio de 2020 e a Resolução BCB n° 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos a serem observados.

As principais alterações em decorrência destes normativos:

i) no Balanço Patrimonial, as contas estão dispostas baseadas na liquidez e na exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada apenas nas respectivas notas explicativas, como já adotado nas demonstrações contábeis de junho de 2021. Adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisões;

ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de novas nomenclaturas das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e destaque para as despesas de provisões;

iii) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior;

iv) readequação da estrutura das notas explicativas em função da adoção de novas nomenclaturas e agrupamentos dos itens patrimoniais.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN n° 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações

Resolução CMN n° 4.872, de 27 de novembro de 2020. A norma dispõe sobre os critérios gerais para o registro contábil do patrimônio líquido das instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1° de janeiro de 2022.

Resolução BCB n° 92, de 6 de maio de 2021. A norma dispõe sobre a estrutura do elenco de contas Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essa Resolução entra em vigor em 1° de janeiro de 2022.

Resolução CMN n° 4.924, de 24 de junho de 2021. A norma dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidenciação contábeis pelas instituições financeiras e demais instituições a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os Pronunciamentos Técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis abrangidos nessa norma são: CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro; CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; CPC 46 - Mensuração do Valor Justo; CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente. Essa Resolução entra em vigor em 1° de janeiro de 2022.

Resolução CMN n° 4.966, de 25 de novembro de 2021. A norma dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Entram em vigor em 1° de janeiro de 2022: a mensuração dos investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto avaliados pelo método de equivalência patrimonial destinados a venda; o prazo para remeter ao Banco Central do Brasil o plano de contas para implementação desse normativo, além da sua aprovação e divulgação; a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) e das demonstrações no padrão contábil internacional. Quanto aos demais dispositivos, entram em vigor em 1° de janeiro de 2025.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e Efeitos da Pandemia de COVID-19 "Novo Coronavírus"

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O **SICOOB EXECUTIVO** junto a seus associados, empregados e a comunidade estão contribuindo para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não- cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

De acordo com a Lei n° 5.764/71, o resultado é segregado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou cooperativas entre si, para cumprimentos de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Estimativas Contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Relações Interfinanceiras – Centralização Financeira

Os recursos captados pela cooperativa que não tenham sido aplicados em suas atividades são concentrados por meio de transferências interfinanceiras para a cooperativa central, e utilizados pela cooperativa central para aplicação financeira. De acordo com a Lei n° 5.764/71, essas ações são definidas como atos cooperativos.

e) Operações de Crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para Perdas Associadas ao Risco de Crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN n° 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em Garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados por quotas do SICOOB PLANALTO CENTRAL, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado de Uso

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos Contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por Empréstimos e Repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Outros Ativos
São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Outros Passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para Demandas Judiciais e Passivos Contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações Legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em Circulante e Não Circulante

No Balanço Patrimonial, os ativos e passivos são apresentados por ordem de liquidez. Em Notas Explicativas, os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor Recuperável de Ativos – *Impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (impairment) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de dezembro de 2021** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Resultados Recorrentes e Não Recorrentes

Conforme definido pela Resolução BCB nº 2/2020, os resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa ocorridas com frequência no presente e previstas

para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles decorrente de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

w) Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2021.

4. Caixa e Equivalente de Caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e depósitos bancários (a)	509.150,28	469.695,48
Relações interfinanceiras - centralização financeira (b)	27.693.820,32	25.157.992,47
TOTAL	**28.202.970,60**	**25.627.687,95**

a) Referem-se a disponibilidades em tesouraria nos PA´s no valor de R$ 473.338,24, recursos em custódia de transportadoras de valores no montante de R$ 25.000,00 e depósitos bancários no Banco BRB – Banco Regional de Brasília no valor de R$ 10.812,04.

b) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB PLANALTO CENTRAL conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN n° 4.434/15, cujos rendimentos auferidos nos períodos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 foram de:

Descrição	2° sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos da Centralização Financeira	1.171.461,49	1.570.617,42	625.386,74

5. Operações de Crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2021			31/12/2020		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	16.932.382,26	71.215.645,97	**88.148.028,23**	16.366.494,31	52.778.809,68	**69.145.303,99**
Financiamentos	1.334.778,58	2.900.628,65	**4.235.407,23**	1.248.171,12	2.221.977,95	**3.470.149,07**
Total de Operações de Crédito	**18.267.160,84**	**74.116.274,62**	**92.383.435,46**	**17.614.665,43**	**55.000.787,63**	**72.615.453,06**
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.925.400,41)	(3.693.268,88)	**(5.618.669,29)**	(1.953.881,26)	(3.434.782,79)	**(5.388.664,05)**
TOTAL	**16.341.760,43**	**70.423.005,74**	**86.764.766,17**	**15.660.784,17**	**51.566.004,84**	**67.226.789,01**

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível/Percentual de Risco/Situação			Empréstimo/TD	Financiamentos	Total em 31/12/2021	Provisões em 31/12/2021	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2020
AA	-	Normal	7.251.457,37	-	7.251.457,37	-	2.970.838,04	-
A	0,5%	Normal	34.106.487,56	1.144.108,56	35.250.596,12	(176.252,98)	26.798.523,39	(133.992,62)
B	1%	Normal	21.400.702,42	1.307.568,94	22.708.271,36	(227.082,71)	17.749.704,17	(177.497,04)
B	1%	Vencidas	97.818,39	-	97.818,39	(978,18)	437.655,86	(4.376,56)
C	3%	Normal	15.753.297,20	1.208.332,50	16.961.629,70	(508.849,01)	14.507.111,95	(435.213,54)
C	3%	Vencidas	243.525,75	11.371,55	254.897,30	(7.647,04)	247.038,99	(7.411,36)
D	10%	Normal	2.510.499,55	361.153,36	2.871.652,91	(287.165,29)	2.908.109,22	(290.810,92)
D	10%	Vencidas	401.141,36	156.048,44	557.189,80	(55.718,98)	421.596,58	(42.159,66)
E	30%	Normal	675.899,04	19.942,25	695.841,29	(208.752,51)	1.370.660,85	(411.198,46
E	30%	Vencidas	539.479,83	14.152,22	553.632,05	(166.089,74)	711.724,37	(213.517,50)
F	50%	Normal	1.104.383,99	9.663,60	1.114.047,59	(557.023,80)	459.479,33	(229.739,67)
F	50%	Vencidas	769.313,01	-	769.313,01	(384.656,51)	587.227,76	(293.613,88)
G	70%	Normal	216.590,34	-	216.590,34	(151.613,36)	479.748,87	(335.824,41)
G	70%	Vencidas	645.530,58	-	645.530,58	(451.871,53)	509.084,83	(356.359,58)
H	100%	Normal	551.132,93	-	551.132,93	(551.132,93)	827.566,64	(827.566,64)
H	100%	Vencidas	1.880.768,91	3.065,81	1.883.834,72	(1.883.834,72)	1.629.382,21	(1.629.382,21)
Total Normal			**83.570.450,40**	**4.050.769,21**	**87.621.219,61**	**(2.667.872,59)**	**68.071.742,46**	**(2.841.843,30)**
Total Vencidos			**4.577.577,83**	**184.638,02**	**4.762.215,85**	**(2.950.796,70)**	**4.543.710,60**	**(2.546.820,75)**
Total Geral			**88.148.028,23**	**4.235.407,23**	**92.383.435,46**	**(5.618.669,29)**	**72.615.453,06**	**(5.388.664,05)**
Provisões			**(5.493.435,77)**	**(125.233,52)**	**(5.618.669,29)**		**(5.388.664,05)**	
Total Líquido			**82.654.592,46**	**4.110.173,71**	**86.764.766,17**		**67.226.789,01**	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento (em dias):

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	7.067.411,91	9.864.970,35	71.215.645,97	88.148.028,23
Financiamentos	367.518,31	967.260,27	2.900.628,65	4.235.407,23
TOTAL	**7.434.930,22**	**10.832.230,62**	**74.116.274,62**	**92.383.435,46**

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	31/12/2021	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	5.245.556,36	3.019.683,73	8.265.240,09	8,95%
Pessoa Física	82.891.795,38	1.215.723,50	84.107.518,88	91,04%
Outros	10.676,49	-	10.676,49	0,01%
TOTAL	**88.148.028,23**	**4.235.407,23**	**92.383.435,46**	**100,00%**

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**5.388.664,05**	**4.532.017,90**
Constituições/Reversões no período	2.920.438,72	3.025.442,50
Transferência para prejuízo no período	(2.690.433,48)	(2.168.796,35)
Saldo Final	**5.618.669,29**	**5.388.664,05**

f) Concentração dos principais devedores:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Devedor	816.294,55	0,87%	942.590,00	1,28%
10 Maiores Devedores	4.543.299,05	4,84%	5.316.884,03	7,24%
50 Maiores Devedores	14.372.188,01	15,31%	13.722.548,78	18,69%

g) Movimentação de créditos baixados como prejuízo:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	**19.118.559,81**	**17.234.850,48**
Valor das operações transferidas no período	2.690.433,48	3.253.306,66
Valor das operações recuperadas no período	(1.577.178,34)	(829.511,00)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(1.161.103,63)	(540.086,33)
Saldo Final	**19.070.711,32**	**19.118.559,81**

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão de perdas foi registrada em contrapartida de "Receitas de Operações de Crédito" (Nota 21).

h) Operações renegociadas:

Em **31 de dezembro de 2021** as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de **(R$ 52.163,770,77)**, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros Ativos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os outros ativos financeiros, compostos por valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos por Avais e Fianças Honrados (a)	734.727,01	153,58	585.397,10	-
Rendas a Receber (b)	454.919,15	-	208.969,32	-
Títulos e Créditos a Receber (c)	243.460,56	-	221.285,59	-
Devedores por Depósitos em Garantia (d)	338.188,69	-	333.306,64	-
TOTAL	**1.771.295,41**	**153,58**	**1.348.958,65**	**-**

a) O saldo de Avais e Fianças Honrados é composto, substancialmente, por operações oriundas de cartões de crédito vencidas de associados da cooperativa cedidos pelo **BANCO SICOOB**, em virtude de coobrigação contratual;

b) Em Rendas a Receber estão registrados: Rendas de Convênios (R$ 4.115,45), Rendas de Cartões (R$ 152.959,75) Rendas da Centralização Financeira a Receber da Cooperativa Central (R$ 284.320,84) e outros (R$ 13.523,11);

c) Em Títulos e Créditos a Receber estão registrados: Valores a Receber de Tarifas (R$ 243.460,56);

d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados os depósitos judiciais para: Pis (R$ 196.110,12) e Cofins (R$ 142.078,57).

6.1 Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito Relativas a Outros

a) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, segregadas em Circulante e Não Circulante:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisões para Avais e Fianças Honrados	(451.165,81)	(46,07)	(477.996,06)	-
Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito	(755.644,53)	-	(755.644,53)	-
TOTAL	**(1.206.810,34)**	**(46,07)**	**(1.233.640,59)**	**-**

b) Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito relativas a Outros Ativos Financeiros, por tipo de operação e classificação de nível de risco:

Nível/Percentual de Risco/ Situação			Avais e Fianças Honrados	Total em 31/12/2021	Provisões 31/12/2021	Total em 31/12/2020	Provisões 31/112/2020
E	30%	Normal	112.977,84	112.977,84	(33.893,37)	17.840,58	(5.352,19)
E	30%	Vencidas	160.513,77	160.513,77	(48.154,14)	89.717,08	(26.915,15)
F	50%	Normal	8.051,04	8.051,04	(4.025,52)	4.482,13	(2.241,07)
F	50%	Vencidas	128.389,14	128.389,14	(64.194,57)	43.330,50	(21.665,25)
G	70%	Normal	-	-	-	6.155,84	(4.309,12)
G	70%	Vencidas	80.015,18	80.015,18	(56.010,66)	21.192,36	(14.834,67)
H	100%	Normal	2.221,52	2.221,52	(2.221,52)	877,12	(877,12)
H	100%	Vencidas	242.712,10	242.712,10	(242.712,10)	401.801,49	(401.801,49)
Total Normal			**123.250,40**	**123.250,40**	**(40.140,41)**	**29.355,67**	**(12.779,50)**
Total Vencidos			**611.630,19**	**611.630,19**	**(411.071,47)**	**556.041,43**	**(465.216,56)**
Total Geral			**734.880,59**	**734.880,59**	**(451.211,88)**	**585.397,10**	**(477.996,06)**
Provisões			**(451.211,88)**	**(451.211,88)**		**(477.996,06)**	
Total Líquido			**283.668,77**	**283.668,77**		**107.401,14**	

7. Ativos Fiscais, Correntes e Diferidos

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, os ativos fiscais, correntes e diferidos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições a Compensar	5.401,80	6.075,89
TOTAL	**5.401,80**	**6.075,89**

8. Outros Ativos

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, os outros ativos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Adiantamentos e Antecipações Salariais	8.749,05	9.112,60
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	-	1.101,90
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	-	80.000,00
Devedores Diversos – País (a)	2.752.793,27	2.109.137,72
Material em Estoque	6.015,00	2.522,00
Ativos não Financ Mantidos para Venda – Recebidos (b)	1.615.381,31	2.105.381,31
Despesas Antecipadas (c)	325.643,20	316.836,09
Sem Característica de Concessão de Crédito (d)	(755.644,53)	(755.644,53)
TOTAL	**3.952.937,30**	**3.868.447,09**

a) Em Devedores Diversos estão registrados os saldos relativos a Pendências a Regularizar (R$ 840,48), Pendências a Regularizar – **BANCO SICOOB** (R$ 1.996.229,29) e outros (R$ 755.723,50);

b) Em Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda - Recebidos estão registrados os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção. Até o ano 2020 esses bens eram registrados na rubrica Bens Não de Uso Próprio e foram reclassificados, em 2021, por força da Carta Circular BCB n° 3.994/2019.

c) Registram-se ainda, no grupo, as despesas antecipadas referentes aos prêmios de seguros (R$ 27.145,03), aluguéis (R$ 204.000,00), auxílio alimentação (R$ 78.609,67) e auxílio transportes (R$ 15.888,50);

d) Em Sem Característica de Concessão de Crédito, estão registrados os débitos com credores originários de desvios de valores efetuados por ex-funcionário do SICOOB EXECUTIVO, no valor de R$ 755.644,53, que se encontra integralmente provisionado.

9. Investimentos

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, os investimentos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Participação em Cooperativa Central de Crédito	20.896.092,97	18.384.420,40
TOTAL	**20.896.092,97**	**18.384.420,40**

O saldo é representado por quotas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, registradas pelo custo de aquisição.

10. Imobilizado de Uso
Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, imobilizado de uso estava assim composto:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2021	31/12/2020
Instalações	10%	674.852,98	716.122,20
Móveis e equipamentos de Uso	10%	1.079.393,54	1.042.248,84
Sistema de Processamento de Dados	20%	1.006.438,31	1.099.435,08
Sistema de Segurança	10%	238.742,60	262.858,60
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		786.571,38	684.679,87
Total de Imobilizado de Uso		**3.785.998,81**	**3.805.344,59**
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		(292.788,18)	(253.567,26)
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		(1.338.587,02)	(1.305.417,99)
(-) Depreciação Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		(255.987,02)	(101.837,85)
Total de Depreciação de Imobilizado de Uso		(1.887.362,22)	(1.660.823,10)
TOTAL		**1.898.636,59**	**2.144.521,49**

11. Intangível

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, o intangível estava assim composto:

Descrição	31/12/21	31/12/2020
Sistema de Processamento de Dados	301.006,31	302.108,98
Licenças e Direitos Autorais e de Uso	12.548,33	13.472,81
Total de Intangível	**313.554,64**	**315.581,79**
(-) Amort. Acum. de Ativos Intangíveis	(296.091,22)	(291.441,14)
Total de Amortização de Ativos Intangíveis	(296.091,22)	(291.441,14)
TOTAL	**17.463,42**	**24.140,65**

12. Depósitos

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, os depósitos estavam assim compostos:

Descrição	31/12/21		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Depósito à Vista	**23.724.119,89**	**-**	**21.909.225,61**	**-**
Depósito sob Aviso	6.242,13	-	6.401,10	-
Depósito a Prazo	65.576.771,62	821.397,37	44.240.560,45	1.879.855,30
TOTAL	**89.307.133,64**	**821.397,37**	**66.156.187,16**	**1.879.855,30**

a) Valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

b) Valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós-fixadas são calculadas com base no critério de "pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data da demonstração financeiras, pelas despesas a apropriar registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Os depósitos mantidos na Cooperativa estão garantidos, até o limite de R$ 250.000,00 por CPF ou CNPJ, com exceção de contas conjuntas tem seu valor dividido pelo número de titulares, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que é uma reserva financeira constituída pelas cooperativas de crédito, regida pelo Banco Central do Brasil, conforme determinação da Resolução CMN n° 4.933/21. O registro do FGCoop, conforme regulamentado, passa a ser em "Dispêndios de captação no mercado".

c) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2021	% Carteira Total	31/12/2020	% Carteira Total
Maior Depositante	4.935.833,45	5,54%	4.008.429,36	5,95%
10 Maiores Depositantes	19.949.316,19	22,37%	16.775.163,58	24,89%
50 Maiores Depositantes	51.388.295,18	57,64%	38.339.248,28	56,88%

d) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2° sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(222,61)	(394,41)	(336,90)
Despesas de Depósitos a Prazo	(1.908.267,71)	(2.527.351,92)	(1.102.040,29)
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(61.888,84)	(112.939,50)	(89.723,72)
TOTAL	**(1.970.379,16)**	**(2.640.685,83)**	**(1.192.100,91)**

13. Obrigações por Empréstimos

São demonstrados pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

a) Obrigações por Empréstimos:

Instituições	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cooperativa Central	14.224.308,87	1.695.554,77	13.675.228,58	416.697,79
TOTAL	14.224.308,87	1.695.554,77	**13.675.228,58**	**416.697,79**

b) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	2° sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Banco Cooperativo Sicoob S.A. - Banco Sicoob	(1.617,58)	(1.845,43)	(914,28)
Cooperativa Central	(546.806,25)	(772.197,94)	(504.326,06)
TOTAL	**(548.423,83)**	**(774.043,37)**	**(505.240,34)**

14. Outros Passivos Financeiros

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem, em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, estavam assim compostos, integralmente registrados no passivo circulante:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Recursos em Trânsito de Terceiros	12.099,40	2.113,69
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	91.667,60	119.702,02
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (a)	25.077,99	326,38
TOTAL	**128.844,99**	**122.142,09**

a) Em Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados temos registrados os valores a repassar relativos a tributos: Operações de Crédito – IOF (R$ 24.712,83) e Aplicações - IOF (R$ 365,16).

15. Instrumentos Financeiros

O **SICOOB EXECUTIVO** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos períodos findos em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

16. Provisões

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, o saldo de provisões estava assim composto:

Descrição	31/12/2021		31/12/2020	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	313.311,38	15.831,68	323.530,24	34.799,78
TOTAL	**313.311,38**	**15.831,68**	**323.530,24**	**34.799,78**

a)) Refere-se à provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN n° 4.512/2016. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN n° 2.682/1999. Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Coobrigações Prestadas	7.286.097,45	7.162.418,44
TOTAL	**7.286.097,45**	**7.162.418,44**

b) Provisão para Contingências - Demandas Judiciais

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de questões judiciais e administrativas, a Cooperativa, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém como provisão para contingências tributárias, trabalhistas e cíveis, classificados como de risco de perda provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável.

Na data das demonstrações contábeis, a Cooperativa apresentava os seguintes passivos e depósitos judiciais relacionados às contingências:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Depósitos Judiciais - PIS	196.110,12	193.282,32
Depósitos Judiciais - COFINS	142.078,57	140.024,32
TOTAL	**338.188,69**	**333.306,64**

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB EXECUTIVO, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R$ 533.967,65. Essas ações abrangem, basicamente, processos trabalhistas ou cíveis.

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os prazos ou os valores esperados de saída.

17. Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, o saldo de Obrigações Fiscais, Correntes e Diferidas, integralmente registrado no passivo circulante, estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	4.119,76	7.620,20
Impostos e Contribuições sobre Salários	208.366,77	195.271,48
Outros	19.139,23	22.480,76
TOTAL	**231.625,76**	**225.372,44**

18. Outros Passivos

Em **31 de dezembro de 2021** e **2020**, o saldo de outros passivos, integralmente registrado no passivo circulante, estava assim composto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sociais e Estatutárias (a)	2.931.184,27	2.578.278,85
Obrigações de Pagamento em Nome de Terceiros	27.930,62	45.469,28
Provisão Para Pagamentos a Efetuar (b)	922.903,47	934.986,06
Credores Diversos – Pais (c)	430.541,77	475.094,05
TOTAL	**4.312.560,13**	**4.033.828,24**

a) A seguir a composição do saldo de passivos sociais e estatutárias e os respectivos detalhamentos:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (a.1)	628.338,50	651.228,83
Cotas de Capital a Pagar (a.2)	2.202.845,77	1.927.050,02
Fundos Voluntários (a.3)	100.000,00	-
TOTAL	**2.931.184,27**	**2.578.278,85**

a.1) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e percentual das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

No exercício de 2021, a reversão dos dispêndios de FATES e Fundos Voluntários passou a ocorrer apenas no encerramento anual, após as destinações legais e estatutárias, de acordo com a Interpretação Técnica Geral (ITG) 2004 – Entidade Cooperativa e a revogação do texto original da NBC T 10.8.2.8.

a.2) Refere-se ao valor de cota capital a ser devolvida para os associados que solicitaram o desligamento do quadro social;

a.3) Refere-se ao Fundos Voluntários – fundo para campanha de capitalização, aprovado na AGO realizada em 28/01/2021, com a destinação de R$ 100.000,00.

b) Em Provisão para Pagamentos a Efetuar temos registradas Despesas de Pessoal (R$ 440.963,99) e Outras Despesas Administrativas a pagar (R$ 481.939,48);

c) Os saldos em Credores Diversos - País referem-se a Pendências a Regularizar **BANCO SICOOB** (R$ 104.916,45), Valores a Repassar a Cooperativa Central (R$ 84.355,86), Saldos Credores - Encerramento C/C (R$ 175.275,43) e outros (R$ 65.994,03).

19. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Capital Social	21.650.434,52	21.855.717,00
Associados	10.984	10.963

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações das sobras definidas em Estatuto Social, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e pos-

terior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em **28/04/2021**, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em **31 de dezembro de 2020** da seguinte forma:

• 89% para Fundo de Reserva, no valor de R$ 795.669,74;

• 11% para Fundos Voluntários – fundo para campanha de capitalização, no valor de R$ 100.000,00;

d) Destinações Estatutárias e Legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Sobra líquida do exercício (deduzida do JCP)	1.111.958,99	3.185.600,05
(-) IRPJ/CSLL	(109.527,37)	(200.034,24)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	**1.002.431,62**	**2.985.565,81**
Destinações estatutárias	**(751.823,71)**	**2.985.565,81**
Reserva legal - 65%	(651.580,55)	(1.791.339,49)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	(100.243,16)	(298.556,58)
Sobras antes da Reversão do Fates	**250.607,91**	**895.669,74**
Reversão da utilização do Fates	123.133,49	-
Sobras à disposição da Assembleia Geral	**373.741,40**	**895.669,74**
Perdas de incorporação – Sicoob CrediDF	(549.084,97)	(551.579,42)
Sobras/Perdas Líquidas	**(175.343,57)**	**344.090,32**

e) Perdas Rateadas

As perdas da cooperativa incorporada Sicoob CrediDF, foram rateadas entre seus associados. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo das perdas rateadas corresponde ao montante de (R$ 549.084,97), conforme demonstrado a seguir:

Incorporação Sicoob CrediDF			
Perda em 31.12.2020	(551.579,42)	Perda em 31.12.2019	(553.226,35)
Recuperação 2021	2.494,45	Recuperação 2020	1.646,93
Perda em 31.12.2021	**(549.084,97)**	**Perda em 31.12.2020**	**(551.579,42)**

20. Juros ao Capital Próprio

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio com o objetivo de remunerar o capital do associado em percentual de 10% da taxa referencial Selic para o exercício de 2021, no montante de R$ 94.067,98. Os critérios para a remuneração obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração é limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic e seu registro foi realizado conforme Resolução CMN nº 4.706/2018.

21. Receitas de Operações de Crédito

Descrição	2° sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	28.125,03	54.170,92	64.662,10
Rendas de Empréstimos	6.382.025,22	12.577.669,03	13.817.085,38
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	18.117,15	19.543,41	13.337,15
Rendas de Financiamentos	300.400,53	585.448,26	569.992,83
Rendas de Créditos por Avais e Fianças Honrados	-	-	0,40
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	1.274.667,19	2.184.596,65	1.607.598,73
TOTAL	**8.003.335,12**	**15.421.428,27**	**16.072.676,59**

22. Dispêndios e Despesas da Intermediação Financeira

Descrição	2° sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Captação	(1.970.379,16)	(2.640.685,83)	(1.192.100,91)
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(548.423,83)	(774.043,37)	(505.240,34)
Reversões de Provisões para Operações de Crédito	1.159.666,84	2.538.598,52	2.633.898,68
Reversões de Provisões para Outros Créditos	59.552,43	113.033,49	471.447,03
Provisões para Operações de Crédito	(2.887.967,50)	(5.459.037,24)	(5.659.907,66)
Provisões para Outros Créditos	(385.348,58)	(664.085,94)	(1.357.754,71)
TOTAL	**(4.572.899,80)**	**(6.886.220,37)**	**(5.609.657,91)**

23. Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços

Descrição	2° sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Cobrança	572.213,73	1.109.434,60	1.019.773,84
Rendas de Garantias Prestadas	-	-	28.934,69
Rendas de Outros Serviços	1.224.071,74	2.235.128,57	2.138.246,61
TOTAL	**1.796.285,47**	**3.344.563,17**	**3.186.955,14**

24. Rendas de Tarifas

Descrição	2° sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de Pacotes de Serviços - PF	423.861,40	846.020,10	881.550,08
Rendas de Serviços Prioritários - PF	136.577,43	308.705,84	553.507,89
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	139,50	381,50	1.496,10
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	243.942,60	604.753,94	919.992,94
TOTAL	804.520,93	1.759.861,38	2.356.547,01

25. Dispêndios e Despesas de Pessoal

Descrição	2° sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	(66.600,00)	(120.600,00)	(108.000,00)
Despesas de Honorários - Diretoria e Cons. de Administração	(497.755,24)	(913.138,05)	(976.120,25)
Despesas de Pessoal - Benefícios	(920.254,22)	(1.821.532,00)	(1.809.028,67)
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	(659.322,90)	(1.252.518,33)	(1.259.148,69)
Despesas de Pessoal - Proventos	(1.714.294,62)	(3.232.673,01)	(3.280.407,08)
Despesas de Pessoal - Treinamento	(1.797,00)	(35.691,44)	(107.430,96)
Despesas de Remuneração de Estagiários	(13.713,33)	(41.158,33)	(98.504,99)
TOTAL	**(3.873.737,31)**	**(7.417.311,16)**	**(7.638.640,64)**

26. Outros Dispêndios e Despesas Administrativas

Descrição	2° sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Despesas de Água, Energia e Gás	(42.844,93)	(71.530,04)	(54.417,43)
Despesas de Aluguéis	(383.972,91)	(766.155,23)	(743.440,97)
Despesas de Comunicações	(212.105,00)	(423.653,31)	(404.471,21)
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	(90.238,67)	(185.331,91)	(21.664,84)
Despesas de Material	(11.714,74)	(25.887,97)	(46.635,46)
Despesas de Processamento de Dados	(379.644,83)	(763.849,48)	(717.377,90)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	-	(2.312,00)	(82,26)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(8.269,78)	(13.672,52)	(13.634,81)
Despesas de Publicações	-	(3.338,16)	(810,80)
Despesas de Seguros	(16.219,10)	(31.427,74)	(26.114,55)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(689.034,04)	(1.331.360,56)	(1.457.932,98)
Despesas de Serviços de Terceiros	(77.739,31)	(210.944,16)	(457.817,31)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(202.336,74)	(403.968,88)	(321.568,76)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(310.995,91)	(593.267,53)	(551.364,61)
Despesas de Transporte	(47.466,91)	(88.441,65)	(97.258,19)
Despesas de Viagem ao Exterior	-	-	(1.503,30)
Despesas de Viagem no País	(585,90)	(585,90)	(1.210,00)
Despesas de Amortização	(1.549,98)	(5.752,75)	(3.660,92)
Despesas de Depreciação	(214.158,33)	(425.630,77)	(345.635,49)
Rateio de Despesas da Central	(480.287,07)	(934.528,03)	(827.894,68)
Rateio de Despesas do Sicoob Confederação	(79.027,35)	(150.075,39)	(114.136,97)
Outras Despesas Administrativas	(535.245,10)	(1.052.388,54)	(1.009.896,70)
TOTAL	**(3.783.436,60)**	**(7.484.102,52)**	**(7.218.530,14)**

27. Outros Ingressos e Receitas Operacionais

Descrição	2° sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Recuperação de Encargos e Despesas	17.852,21	79.788,78	197.744,01
Distribuição de sobras da central	-	756.377,97	740.218,95
Atualização depósitos judiciais	3.456,71	4.882,05	3.052,68
Outras rendas operacionais	-	500,00	28.662,09
Rendas oriundas de cartões de crédito e adquirência	671.552,46	1.345.741,70	1.715.710,49
TOTAL	**692.861,38**	**2.187.290,50**	**2.685.388,22**

28. Outros Dispêndios e Despesas Operacionais

Descrição	2° sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(133.051,20)	(209.456,57)	(196.075,20)
Outras Despesas Operacionais	(159.986,18)	(255.533,14)	(147.458,63)
Desconto/Cancelamento de Tarifas	(225.280,42)	(430.478,37)	(436.835,70)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Fraudes Externas	(14.083,47)	(22.614,71)	(8.600,92)
Contrib. ao Fundo de Ressarc. de Perdas Operacionais	-	(2.717,36)	(3.684,31)
Perdas - Fraudes Externas	-	-	(1.169,06)
Perdas - Práticas Inadequadas	(0,10)	(0,13)	(25.247,66)
Perdas - Falhas de Gerenciamento	(4.898,99)	(4.898,99)	(603,71)
Dispêndios de Assistência Técnica, Educacional e Social	(72.077,52)	(123.133,49)	-
TOTAL	**(609.377,88)**	**(1.048.832,76)**	**(819.675,19)**

29. Resultado Não Recorrente

Com base na aplicação da premissa contábil adotada, conforme definição da Resolução BCB n.° 2/2020, e nos critérios internos complementares a este normativo, não houve registros referentes a resultado não recorrente no exercício de 2021.

30. Partes Relacionadas

São consideradas partes relacionadas, para fins de Demonstrativos Contábeis e Notas Explicativas, as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas, conforme Resolução CMN n° 4.693/2018.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas realizadas em **2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos de operações ativas liberadas e de operações passivas captadas durante o período de 2021.

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	102.265,40	0,0859%	2,00
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	1.136.792,50	0,9552%	1.850,89
TOTAL	**1.239.057,90**	1,0411%	**1.852,89**
Montante das Operações Passivas	1.453.288,39	2,1464%	

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 31/12/2021	
Empréstimos e Financiamentos	0,2813%
Aplicações Financeiras	2,1464%

b) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2021**:

No quadro abaixo são apresentados os saldos das operações ativas e passivas atualizados em 31/12/2021.

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	42.677,22	3.658,30	2,8670%
Empréstimos	226.118,61	2.391,24	0,2638%
Financiamentos	25.938,41	778,15	0,6124%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação á Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	50.341,68	0,2205%	0%
Depósitos a Prazo	1.094.938,34	1,6489%	0,8558%

Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do Conselho da Administração ou, quando delegada formalmente, pela Diretoria Executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Empréstimos	16.861,34
Financiamentos	34.873,20

e) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2021	31/12/2020
1513 Beneficiários de Outras Coobrigações	233.657,06	144.764,46

f) Em **2021**, os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS (RS)			
Descrição	**2° sem/21**	**31/12/2021**	**31/12/2020**
INSS Diretoria/Conselheiros	(101.306,50)	(194.735,57)	(216.824,11)
Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	(497.755,24)	(913.138,05)	(976.120,25)

31. Cooperativa Central

O **SICOOB EXECUTIVO**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada ao SICOOB PLANALTO CENTRAL, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL,** é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB EXECUTIVO** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB PLANALTO CENTRAL** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com o **SICOOB PLANALTO CENTRAL**:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Ativo - Relações Interfinanceiras - Centralização Financeira	27.693.820,32	25.157.992,47
Ativo - Rendas da Centralização Financeira a receber	284.320,84	50.775,57
Ativo - Investimentos	20.896.092,97	18.384.420,40
Total das Operações Ativas	**48.874.234,13**	**43.593.188,44**
Passivo - Obrigações por Empréstimos e Repasses	15.919.863,64	14.091.926,37
Passivo – Valores a Repassar à Cooperativa Central	84.355,86	47.051,31
Total de Operações Passivas	**16.004.219,50**	**14.138.977,68**

Saldos das Receitas e Despesas da Cooperativa com o SICOOB PLANALTO CENTRAL:

Descrição	2° sem/21	31/12/2021	31/12/2020
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	1.171.461,49	1.570.617,42	625.386,74
Total das Receitas	**1.171.461,49**	**1.570.617,42**	**625.386,74**
Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses	(546.806,25)	(772.197,94)	(504.326,06)
Rateio de Despesas da Central	(480.287,07)	(934.528,03)	(827.894,68)
Total das Despesas	**(1.027.093,32)**	**(1.706.725,97)**	**(1.332.220,74)**

32. Gerenciamento de Risco

A estrutura de gerenciamento de riscos do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Centro Cooperativo Sicoob (CCS), com base nas políticas, estratégias, nos processos e limites, busca identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos inerentes às suas atividades.

A Política Institucional de Gestão Integrada de Riscos e Política Institucional de Gerenciamento de Capital, bem como as diretrizes de gerenciamento de riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do CCS.

O gerenciamento integrado de riscos abrange, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, variação das taxas de juros, liquidez, operacional, socioambiental e gestão de continuidade de negócios e assegura, de forma contínua e integrada, que os riscos sejam administrados de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS).

O processo de gerenciamento de riscos é segregado e a estrutura organizacional envolvida garante especialização, representação e racionalidade, existindo adequada disseminação de informações e da cultura de gerenciamento de riscos no Sicoob.

São adotados procedimentos para o reporte tempestivo aos órgãos de governança, de informações em situação de normalidade e de exceção em relação às políticas de riscos, e programas de testes de estresse para avaliação de situações críticas, que consideram a adoção de medidas de contingência.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob, e não desonera as responsabilidades das cooperativas.

32.1 Risco operacional

As diretrizes para gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco Operacional, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à área Risco Operacional e GCN – Gestão de Continuidade de Negócio, que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração do CCS.

A metodologia de alocação de capital utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico.

32.2 Risco de Crédito

As diretrizes para gerenciamento do risco de crédito encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Crédito, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O CCS é responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do Sicoob, atuando na padronização de processos, metodologias de análise de risco de contrapartes e operações e monitoramento dos ativos que envolvem o risco de crédito.

Para mitigar o risco de crédito, o CCS dispõe de modelos de análise e de classificação de riscos com base em dados quantitativos e qualitativos, a fim de subsidiar o processo de cálculo do risco e de limites de crédito da contraparte, visando manter a boa qualidade da carteira. O CCS realiza testes periódicos de seus modelos garantindo a aderência à condição econômico- financeira da contraparte. Realiza, ainda, o monitoramento da inadimplência da carteira e o acompanhamento das classificações das operações de acordo com a Resolução CMN 2.682/1999.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito prevê:

a) fixação de políticas e estratégias incluindo limites de riscos;

b) validação dos sistemas, modelos e procedimentos internos;

c) estimação (critérios consistentes e prudentes) de perdas associadas ao risco de crédito, bem como comparação dos valores estimados com as perdas efetivamente observadas;

d) acompanhamento específico das operações com partes relacionadas;

e) procedimentos para o monitoramento das carteiras de crédito;

f) identificação e tratamento de ativos problemáticos;

g) sistemas, rotinas e procedimentos para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar a exposição ao risco de crédito;

h) monitoramento e reporte dos limites de apetite por riscos;

i) informações gerenciais periódicas para os órgãos de governança;

j) área responsável pelo cálculo do nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito;

k) modelos para avaliação do risco de crédito de contraparte, de acordo com a operação e com o público envolvido, que levam em conta características específicas dos entes, bem como questões setoriais e macroeconômicas;

l) aplicação de testes de estresse identificando e avaliando potenciais vulnerabilidades da Instituição;

m) limites de crédito para cada contraparte e limites globais por carteira ou por linha de crédito;

n) avaliação específica de risco em novos produtos e serviços.

As normas internas de gerenciamento do risco de crédito incluem a estrutura organizacional e normativa, os modelos de classificação de risco de tomadores e de operações, os limites globais e individuais, a utilização de sistemas computacionais e o acompanhamento sistematizado contemplando a validação de modelos e conformidade dos processos.

32.3 Risco de Mercado e Variação das Taxas de Juros

O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação de valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, e inclui os riscos da variação das taxas de juros, dos preços das ações, da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities).

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco de mercado e de variação das taxas de juros (IRRBB), com objetivo de assegurar que o risco das entidades do Sicoob seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros do Sicoob é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de mercado e do IRRBB utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e a alta administração, que evidenciem, no mínimo:

a.1) abordagem do valor em risco (VaR): avaliação da perda máxima estimada da carteira para um determinado horizonte de tempo, em condições normais de mercado, dado intervalo de confiança.

a.2) abordagens de valor econômico (EVE): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados na carteira bancária da instituição;

a.3) abordagens de resultado de intermediação financeira (NII): avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição;

a.4) limites máximos do risco de mercado e do IRRBB;

a.5) aplicação de cenários de estresse;

a.6) definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de mercado.

Para as parcelas de risco de mercado da carteira de negociação RWAjur1, RWAjur2, RWAjur3, RWAjur4, RWAcam, RWAcom e RWAacs são utilizadas metodologias padronizadas, de acordo com os normativos do Banco Central do Brasil.

São realizados testes de estresse, com o objetivo de inferir a possibilidade de perdas resultantes de oscilações bruscas nos preços dos ativos, possibilitando a adoção de medidas preventivas.

O sistema de mensuração, monitoramento e controle dos riscos de mercado e de variação das taxas de juros adotado pelo Sicoob baseia-se na aplicação de ferramentas amplamente difundidas, fundamentadas nas melhores práticas de gerenciamento de risco, abrangendo a totalidade das posições das entidades do Sicoob.

32.4 Risco de Liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da entidade não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, e/ou a possibilidade da entidade não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu valor elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O Sicoob dispõe de área especializada para gerenciamento do risco liquidez, com objetivo de assegurar que o risco das entidades seja administrado de acordo com os níveis definidos na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e com as diretrizes previstas nas políticas e manuais institucionais.

As diretrizes para gerenciamento do risco de liquidez encontram-se registradas na Política Institucional de Gerenciamento da Centralização Financeira e Política Institucional de Gerenciamento do Risco de Liquidez, aprovadas pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez é compatível com a natureza das operações, com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

O gerenciamento do risco de liquidez das entidades do Sicoob atende aos aspectos e padrões previstos nos normativos emitidos pelos órgãos reguladores, aprimorados e alinhados permanentemente as boas práticas de gestão.

Os instrumentos de gerenciamento do risco de liquidez utilizados são:

a) acompanhamento, por meio da apreciação de relatórios periódicos remetidos aos órgãos de governança, comitês e alta administração que evidenciem, no mínimo:

limite mínimo de liquidez;
fluxo de caixa projetado;
aplicação de cenários de estresse;
definição de planos de contingência.

b) elaboração de relatórios que permitam a identificação e correção tempestiva das deficiências de controle e de gerenciamento do risco de liquidez;

c) existência de plano de contingência contendo as estratégias a serem adotadas para assegurar condições de continuidade das atividades e para limitar perdas decorrentes do risco de liquidez.

São realizados testes de estresse em diversos cenários, com o objetivo de identificar eventuais deficiências e situações atípicas que possam comprometer a liquidez das entidades do Sicoob.

32.5 Risco Socioambiental

As diretrizes para gerenciamento do risco socioambiental encontram-se registradas na Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco socioambiental consiste na avaliação dos potenciais impactos socioambientais negativos, inclusive em relação ao risco de reputação, para a elegibilidade das operações:

a) setores de atuação de maior exposição ao risco socioambiental;

b) linhas de empréstimos e financiamentos de maior exposição ao risco socioambiental;

c) valor de saldo devedor em operações de crédito de maior exposição ao risco socioambiental.

As propostas de contrapartes autuadas por crime ambiental são analisadas por alçada específica.

O Sicoob não realiza operações com contrapartes que constem no cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo ou infantil.

32.6 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital das cooperativas é um processo contínuo e com postura prospectiva, que tem por objetivo avaliar a necessidade de capital de suas instituições, considerando os objetivos estratégicos do Sicoob para o horizonte mínimo de três anos.

As diretrizes para o monitoramento e controle contínuo do capital estão contidas na Política Institucional de Gerenciamento de Capital do Sicoob, à qual todas as instituições aderiram formalmente.

O processo do gerenciamento de capital é composto por um conjunto de metodologias que permitem às instituições identificar, avaliar e controlar as exposições relevantes, de forma a manter o capital compatível com os riscos incorridos. Dispõe, ainda, de um plano de capital específico, prevendo metas e projeções de capital que consideram os objetivos estratégicos, as principais fontes de capital e o plano de contingência, e adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos e condições extremas de mercado, cujos resultados e impactos na estrutura de capital são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

32.7 Gestão de Continuidade de Negócios

As diretrizes para a gestão de continuidade de negócios encontram-se registradas na Política Institucional de Gestão de Continuidade de Negócios, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração do CCS, que prevê procedimentos, métricas e ações padronizadas para todas as entidades do Sicoob.

O processo de gestão de continuidade de negócios se desenvolve com base nas seguintes atividades:

a) identificação da possibilidade de paralisação das atividades;

b) avaliação dos impactos potenciais (resultados e consequências) que possam atingir a entidade, provenientes da paralisação das atividades;

c) definição de estratégia de recuperação para a possibilidade da ocorrência de incidentes;

d) continuidade planejada das operações (ativos, inclusive pessoas, sistemas e processos), considerando procedimentos para antes, durante e após a interrupção;

e) transição entre a contingência e o retorno à normalidade (saída do incidente).

O CCS realiza a Análise de Impacto (AIN) para identificação dos processos críticos sistêmicos, com o objetivo de definir estratégias para a continuidade desses processos e, assim resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e imagem.

São elaborados, anualmente, os Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: plano de continuidade operacional (PCO) e Plano de recuperação de desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a sua efetividade.

33. Seguros Contratados – Não Auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

34. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Patrimônio de referência (PR)	11.384.212,62	12.876.842,40
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	94.060.797,36	79.062.241,52
Índice de Basiléia (mínimo 11%) %	12,10%	16,28%
Imobilizado para cálculo do limite	1.898.636,59	2.144.521,49
Índice de imobilização (limite 50%) %	16,67%	16,65%

Luiz Lesse Moura Santos
Diretor Presidente

Creuzenir da Silva Borges
Diretora Executiva de Relacionamento Interno

Jorge Luiz Moreira
Contador - CRC DF 7.534

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Brasil Central Ltda. – Sicoob Executivo

Brasília/DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Brasil Central Ltda. – Sicoob Executivo**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Executivo em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração quando ele nos for disponibilizado e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

> Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
>
> Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
>
> Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
>
> Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que

existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Diego Rabelo Silva Toledo
Contador CRC/DF 019481/O-4
CNAI 2090

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Brasil Central Ltda. – Sicoob Executivo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, determinadas no inciso VIII, Art. 111 do Estatuto Social, declara que procedeu à análise do balanço patrimonial, das demonstrações de sobras e perdas, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e das notas explicativas da Administração.

As análises foram efetuadas dentro da extensão e profundidade que este colegiado entendeu necessárias a fim de se obter evidências para a formação de uma opinião sobre os referidos documentos e levaram em conta, também, as verificações mensais que foram efetuadas durante o exercício social.

Assim, com base nos exames e também considerando os relatórios semestrais de Controles Internos e Conformidade elaborados pelo Sicoob Planalto Central e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis emitido pela Confederação de Auditoria Cooperativa – CNAC, referente ao exercício de 2021, que emitiram opinião sem ressalva, este Conselho Fiscal recomenda à Assembleia Geral Ordinária a aprovação da prestação de contas do exercício encerrado em 31/12/2021.

Brasília, 18 de abril de 2022

Claudeci Barbosa da Silva
Presidente

Bruno Jean Adrien-Paule
Secretário

Paulo Roberto Figueiredo Nunes
Membro Efetivo

De olho no futuro

Em 2021, o Sicoob Executivo continuou a adotar as medidas de expansão previstas no Plano Empresarial com Visão Estratégica – PEVE. Nesse quadro, você pode comparar o que foi realizado no ano e as metas para o exercício de 2022.

Itens	Realizado 2021	Meta 2022	Incremento anual (%)	Incremento anual	Meta mensal
Metas Quantitativas					
Ativos Totais (*)	143.058.506	172.000.000	20,23%	28.941.494	2.411.791
Operações de Crédito (*)	87.499.647	109.300.000	24,91%	21.800.353	1.816.696
Depósitos Totais (*)	90.128.531	08.400.000	20,27%	18.271.469	1.522.622
Depósitos à Vista (*)	23.724.120	29.800.000	25,61%	6.075.880	506.323
Depósitos a Prazo (*)	66.404.411	78.600.000	18,37%	12.195.589	1.016.299
Patrimônio Líquido (*)	32.007.937	39.050.000	22,00%	7.042.063	586.839
Patrimônio de Referência (*)	11.384.213	13.650.000	19,90%	2.265.787	188.816
Capital Social (*)	21.650.435	24.800.000	14,55%	3.149.565	262.464
Sobras (*)	1.002.432	3.611.000	260,22%	2.608.568	300.917
Número de Associados	10.984	14.500	32,01%	3.516	293
Rendas com Prestação de Serviço (*)	6.450.166	8.100.000	25,58%	1.649.834	675.000
Metas Qualitativas					
Provisão para Operação de Crédito (*)	6.069.881	6.100.000	0,50%	30.119	-508.333
Inadimplência acima de 90 dias (%)	3,73%	3,20%	-14,21%	-0,53%	-0,04%
Índice de Eficiência Ajustado ao Risco (%)	108,79%	67,00%	-38,42%	-41,79%	-3,48%

Glossário

Entenda os termos usados neste relatório e no dia a dia da cooperativa.

Ativo
Bens e direitos com valor comercial ou de troca pertencentes ao Sicoob Executivo, como imóveis, carros, equipamentos, dinheiro aplicado e ações.

Ativo circulante
Parte do ativo que pode ser convertido em dinheiro em até um ano. Exemplo: aplicações financeiras, títulos e operações de crédito com vencimento em até dois anos.

Ativo permanente
Parte do ativo que representa os investimentos da cooperativa em máquinas, equipamentos, imóveis, ações e cotas, entre outros.

Auditoria
É a avaliação da situação da cooperativa, feita por um especialista, que comprova a veracidade das informações divulgadas e garante segurança aos associados quanto à saúde financeira da instituição.

Balanço patrimonial
Apresentação resumida das operações realizadas e dos resultados alcançados pelo Sicoob Executivo durante o ano. Fazem parte dessa demonstração os bens, direitos, créditos, dívidas, compromissos, capital social, reservas e sobras da instituição.

Capital social
É a contribuição em dinheiro feita por cada pessoa para se tornar associada ao Sicoob Executivo. A soma do capital social de todos os cooperados forma o capital social da cooperativa. Sem capital social nenhuma empresa pode existir.

Depósitos a prazo
São as aplicações financeiras dos associados, feitas para render juros. Podem ser retiradas no dia combinado com a cooperativa no momento da aplicação.

Depósitos à vista
É o dinheiro que os associados mantêm nas suas contas correntes e que podem usar a qualquer momento, por meio de cheques, cartões ou saques.

Depreciação
É a desvalorização dos bens da cooperativa em função do seu uso. Exemplo: a desvalorização de um carro ao longo dos anos.

Desconto de título
Crédito concedido pela cooperativa aos associados que entregam à instituição documentos como cheques, duplicatas e promissórias, que servem como garantia do pagamento.

Diferido
Despesa feita pela cooperativa para adquirir bens ou serviços, cujos valores serão diluídos ao longo do tempo. Exemplo: gastos com reforma de imóvel alugado para instalar nova agência.

Empréstimos
Operações de crédito feitas aos associados sem destinação específica.

Financiamentos
Operações de crédito concedidas aos associados com objetivo específico (compra de equipamentos e máquinas, reformas de áreas comuns ou compra de veículos, por exemplo).

Operações de crédito
São todos os financiamentos, empréstimos e descontos de títulos feitos pela cooperativa aos associados.

Passivo
São as obrigações do Sicoob Executivo. Exemplos: aplicações e depósitos dos associados, salários e impostos a pagar.

Patrimônio líquido
É a soma do capital social com as sobras e reservas da cooperativa.

Rentabilidade
Percentual de ganho obtido num determinado período. Exemplo: quanto o capital social valorizou em um ano.

Cooperativa de Crédito de Livre
Admissão do Brasil Central Ltda.

SICOOB
Executivo

SicoobExecutivoDF @sicoobexecutivo